

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO

FABIO ALVARENGA PEIXOTO

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA,
MARINGÁ, PR

MARINGÁ – PR

2020

FABIO ALVARENGA PEIXOTO

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA,
MARINGÁ, PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis

MARINGÁ – PR

2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

P379d

Peixoto, Fabio Alvarenga

A dinâmica geográfica da praça Napoleão Moreira da Silva, Maringá, PR / Fabio Alvarenga Peixoto. -- Maringá, PR, 2020.

94 f.: il. color., figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Luíz Domingos De Angelis.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Praça Napoleão Moreira da Silva, Maringá (PR) - Apropriação. 2. Local de lazer - Praças - Maringá (PR). 3. Praças - Relação ambiente e comportamento. 4. Praças - Espaços públicos urbanos . I. De Angelis, Bruno Luíz Domingos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 910.1

A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA,
MARINGÁ-PR

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de Pesquisa: Análise Ambiental.

Aprovada em **20 de maio de 2020.**

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Angela Maria Endlich
Coordenadora Adjunta – PGE/UEM



Prof. Dr. Marcio Roberto Ghizzo
Membro convidado – UTFPR



Prof. Dr. Claudivan Saches Lopes
Membro convidado – PGE/UEM

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível com a ajuda das pessoas com as quais tive o prazer de conhecer e conviver. Agradeço a cada uma delas pela disponibilidade e colaboração. Gratidão!

Deus, por tudo que me proporcionou e continua me proporcionado no decorrer da minha vida.

José Luíz, Ana Maria, Fabiane e Maria Alice, família que é a minha base para continuar tendo fé e força para continuar na jornada da vida.

Bruno, professor que me inspira e me motiva no caminhar acadêmico. Grande orientador e grande amigo.

Universidade Estadual de Maringá, pela oferta da pós-graduação; e CNPq, pelo apoio financeiro que me permitiu realizar a pesquisa.

Claudivan e Márcio, pelas contribuições prestadas durante a banca, as quais possibilitaram o aperfeiçoamento do trabalho.

Claudemir, pela amizade e disponibilidade na resolução de problemas junto a órgãos oficiais do governo paranaense.

Míriam, pelo apoio constante e resolução de problemas das mais variadas ordens junto a secretária do programa.

Hélio, pelo incentivo constante, amizade e pela flexibilização do horário na escola em que trabalho para que pudesse qualificar.

Daniel, pelo apoio e pela parte da formatação do trabalho.

RESUMO

As praças são logradouros presentes em todas as cidades, independentemente do porte. Esta pesquisa avaliou as formas de apropriação da população por meio dos usos e funções em relação a Praça Napoleão Moreira da Silva – Maringá - Paraná. Para tanto, foi avaliado qualitativa e quantitativamente as estruturas e mobiliário presentes no logradouro, atribuindo-lhes notas de acordo com suas funções principais. A metodologia adotada foi a proposta por (DE ANGELIS, 2000). A importância da praça para a população foi verificada por meio de uma enquete de opinião, utilizada a partir da mesma metodologia. Por meio da média 2,5, os resultados da avaliação qualitativa mostram que a Praça Napoleão Moreira da Silva possui uma boa estrutura para a prática do lazer contemplativo, recreativo, esportivo e cultural. Os dados da enquete de opinião revelam que entre os motivos para não frequentar a praça, a falta de segurança aparece em primeiro lugar (33,33%), seguido pelo fato de não gostarem de praças (29,62%), justificando a preferência por shoppings (34,61%) em relação as praças (21,15%). As análises realizadas apresentam a forma de apropriação da praça pela população, caracterizando-a como um local de passagem apesar de possuir mobiliário e equipamentos propícios ao encontro.

Palavras-chave: Cidade; espaço público; Lazer.

ABSTRACT

Squares are public places present in all cities, regardless of size. This research evaluated the forms of appropriation of the population through uses and functions in relation to Praça Napoleão Moreira da Silva - Maringá - Paraná. To this end, the structures and furniture present in the street were qualitatively evaluated, assigning scores according to their primary functions. The adopted methodology was proposed by (DE ANGELIS, 2000). The importance of the square for the population was verified through an opinion poll, used from the same methodology. Through the average 2.5, the results of the qualitative and quantitative evaluation show that Praça Napoleão Moreira da Silva has a good structure for the practice of contemplative, recreational, sports and cultural leisure. The data from the opinion poll reveal that among the reasons for not visiting the square, the lack of security appears first (33.33%), followed by the fact that they do not like squares (29.62%), justifying the preference by shopping malls (34.61%) in relation to the squares (21.15%). The analyzes carried out present the form of appropriation of the square by the population, characterizing it as a place of passage despite having furniture and equipment conducive to the meeting.

Keywords: City; public place; Leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Imagem aérea e localização da Praça Napoleão Moreira da Silva, Maringá – PR.....	12
Figura 2. Mapa de localização de Maringá e da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	13
Figura 3. Imagem da tabela: razões para estar em situação de rua	45
Figura 4. Bancos serpenteados da Praça Napoleão Moreira da Silva	53
Figura 5. Banco em concreto sem encosto da Praça Napoleão Moreira da Silva	53
Figura 6. Banco adaptado sobre mureta de contenção da Praça Napoleão Moreira da Silva	54
Figura 7. Luminária rebaixada da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	55
Figura 8. Lixeiras da Praça Napoleão Moreira da Silva	56
Figura 9. Piso da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	57
..	
Figura 10. Piso com manutenção deficiente da Praça Napoleão Moreira da Silva	58
Figura 11. Ponto de água da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	59
Figura 12. Traçado dos caminhos da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	59
Figura 13. Busto do ex-vereador Napoleão Moreira da Silva.....	60
Figura 14. Ponto de taxi da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	61
Figura 15. Estacionamento no entorno da Praça Napoleão Moreira da Silva	61
Figura 16. Academia da primeira idade da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	62
Figura 17. Academia da terceira idade da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	63
Figura 18. Vista parcial do estado de conservação da Praça Napoleão Moreira da Silva	64
Figura 19. Quiosque de alimentação da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	65
Figura 20. Banca de revista da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	66
Figura 21. Vegetação da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição por faixas etárias da amostra	70
Tabela 2. Amostra dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva por grau de instrução.....	71
Tabela 3. Amostra dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva por renda familiar.....	71
Tabela 4. Amostra dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva por atividade ocupacional.....	72
Tabela 5. Amostra dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva	79
Tabela 6. Amostra dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva (o que mais e menos gostam)	80
Tabela 7. Amostra dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva por melhorias no logradouro.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Formulário para avaliação quantitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.....	19
Quadro 2. Formulário para avaliação qualitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.....	20
Quadro 3. Formulário para enquete de opinião sobre praças.....	23
Quadro 4. Levantamento dos equipamentos da Praça Napoleão Moreira da Silva.....	50
Quadro 5. Avaliação da qualidade das estruturas.....	51
Quadro 6. Vegetação presente na Praça Napoleão Moreira da Silva.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. O que fazem nos dias de folga	73
Gráfico 2. O que fazem quando ficam em casa.....	74
Gráfico 3. Lugares que costumam ir nos dias de folga.....	75
Gráfico 4. Praças frequentadas.....	76
Gráfico 5. Motivos para não frequentarem a Praça Napoleão Moreira da Silva.....	77
Gráfico 6. Dias da semana que frequentam a Praça Napoleão Moreira da Silva.....	78
Gráfico 7. Turno de frequência à Praça Napoleão Moreira da Silva.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
1.1 ENQUETE DE OPINIÃO.....	22
2 A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS	25
2.1 PRAÇAS: HISTÓRIA USOS E FUNÇÕES	28
2.2 MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS URBANOS E VEGETAÇÃO	34
2.3 ASPECTOS SOCIOECONOMICOS.....	37
2.3.1 Lazer	38
2.3.2 Economia Informal	42
2.3.3 Violência	43
2.3.4 População em situação de rua	46
2.3.5 Prostituição	48
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
3.1 AVALIAÇÃO QUALIQUANTITATIVA DOS EQUIPAMENTOS.....	50
3.2 DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS.....	52
3.3 PERFIL DOS USUÁRIOS E ENQUETE DE OPINIÃO.....	68
CONCLUSÃO	84
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

O município de Maringá possui uma população de 357.077 habitantes e economia voltada para a agricultura, indústria e comércio, segundo o (IBGE, 2010). Em função do planejamento urbanístico empregado na cidade que priorizou a presença de vegetação, Maringá apresenta inúmeras áreas verdes urbanas, dentre elas praças e parques municipais.

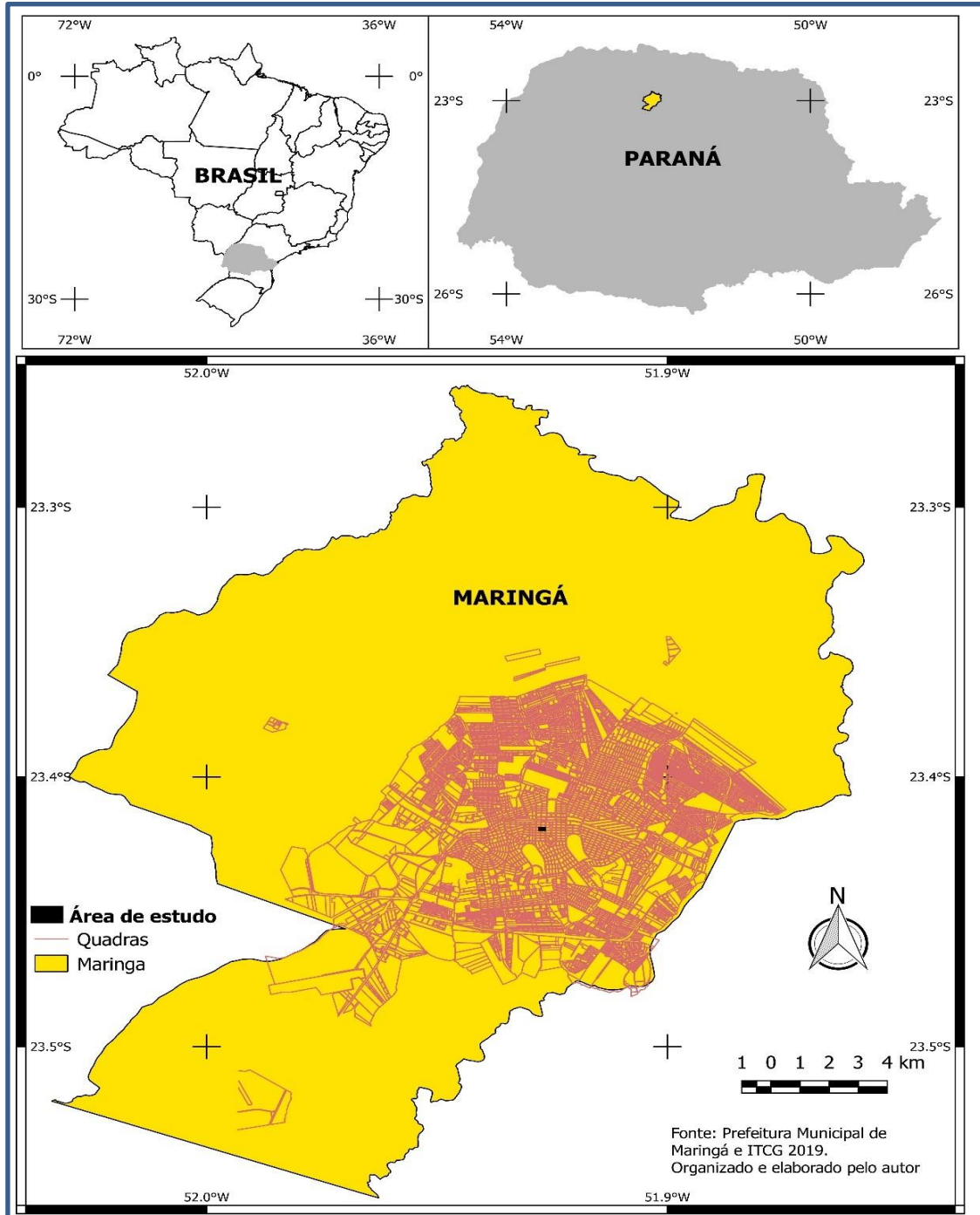
A praça objeto de estudo é a Praça Napoleão Moreira da Silva (Figuras 1 e 2). De acordo com o site Maringá Histórica, a praça foi nomeada em 4 de maio de 1957 sendo reurbanizada em 10 de maio de 1962 pelo arquiteto brasileiro José Augusto Belucci mantendo seu traçado de 11520 m² até os dias atuais. A escolha da praça se deu em função de suas características. Entre essas características estão: a centralidade em que ocupa no contexto urbano, a localização em área comercial, e a estrutura física (equipamentos e mobiliários).

Definidas como espaços livres, democráticos e públicos, as praças fazem parte da dinâmica urbana e estão presentes em todos os grandes e pequenos centros das cidades e, por muito tempo, tais logradouros foram palco de significativas manifestações religiosas, sociais e políticas. Hoje, no entanto, parece que elas não têm mais tal status, seja pela violência urbana, pelo surgimento de outros atrativos ou pela própria dinâmica evolutiva da urbe (DE ANGELIS, 2000).

Não sendo mais a praça o local destinado apenas aos encontros, tais momentos de socialização passam a ocorrer em outros locais – espaços privados, entre eles shoppings, clubes, bares, restaurantes e danceterias. Como relata Caldeira (2007, p. 188):

A praça assume o papel de lugar de passagem, *Carrefour* [cruzamento], entroncamento. A sua função tradicional de ponto de encontro, centro vital da vida urbana e nó estruturador da cidade foi substituído por alternativas que incentivam a produção de espaços vazios.

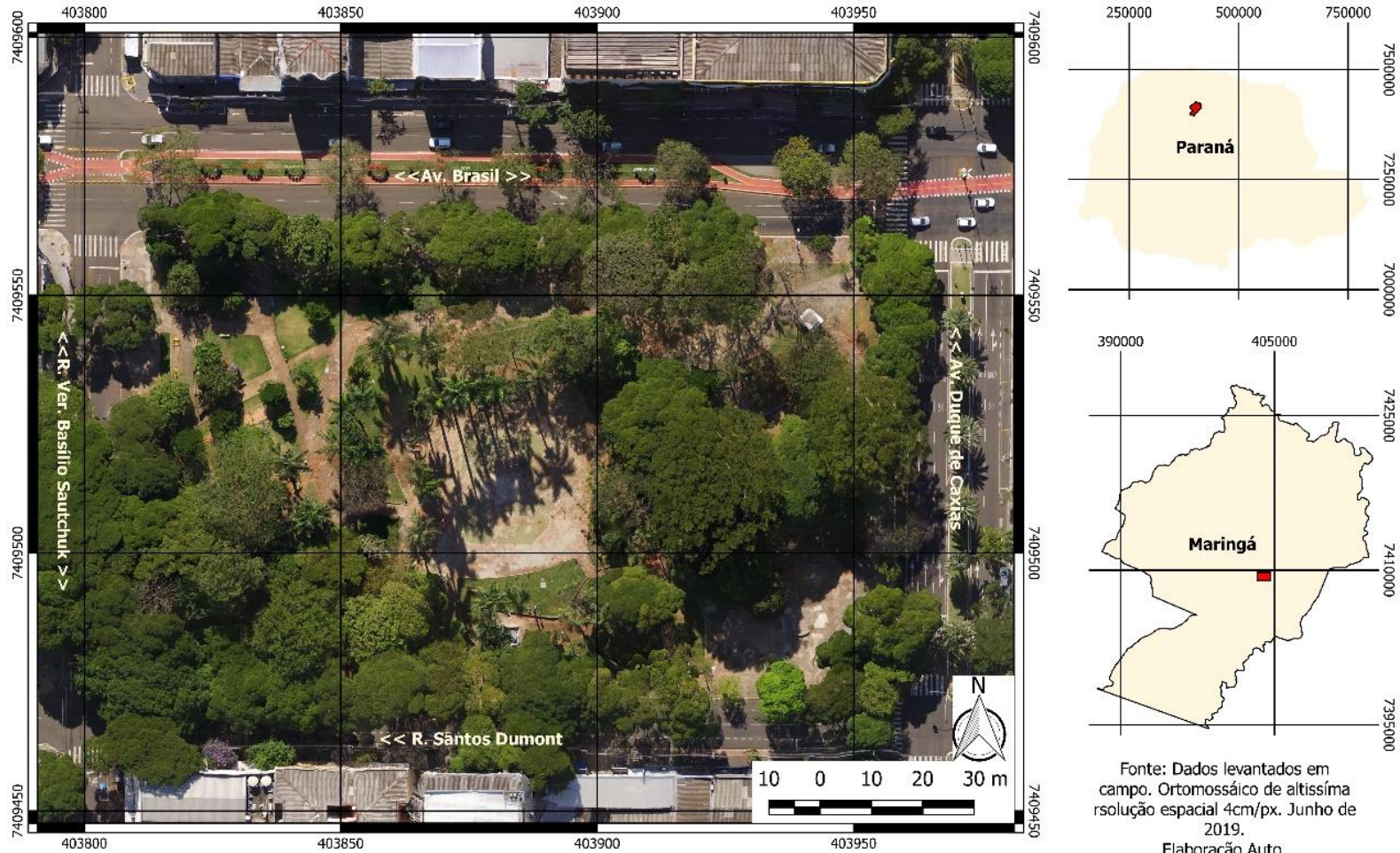
Figura 1: Mapa de localização da cidade de Maringá e da Praça Napoleão Moreira da Silva - PR.



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2019)

Figura 2 - Localização da Praça Napoleão Moreira da Silva, Maringá – PR.

Localização - Praça Napoleão Moreira da Silva - Maringá - PR



Fonte: O autor (2019)

A praça, portanto, representava o espaço de maior vitalidade urbana pois era espaço referencial que atuava como marco visual e como ponto focal na organização da cidade. O status alcançado pela praça ainda é presente no imaginário urbano, apesar de apresentarem transformações significativas em seu uso e na sua função (CALDEIRA, 2007)

Toda cidade possui uma praça que se destaca como símbolo urbano, palco de eventos históricos, espaço agregador ou local de confluência. Como elemento urbano, as praças representam espaços de sociabilidade propícios ao encontro e ao convívio; na cultura ocidental, esses espaços têm desenvolvido um papel essencial (DE ANGELIS, 2000).

As praças são espaços permanentes no desenvolvimento das cidades e sua função e morfologia estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da gênese urbana que marcam a estrutura das cidades e diferenciam-se de outros espaços por constituírem vazios na malha urbana. Quando associadas a conjuntos arquitetônicos, funcionam como ponto de decompressão ao proporcionarem uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. Imagens como a Praça Tiradentes, de Ouro Preto, a Praça XV, no Rio de Janeiro ou a Praça dos Três Poderes, em Brasília, retratam esse universo, pois são espaços-síntese da memória urbana que contam a própria história dessas cidades. (ROBBA; MACEDO, 2002)

Caldeira (2007, p. 4) afirma que:

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes, observa-se que a praça se apresenta como um *locus* privilegiado da cidade, pelo seu caráter de espaço multifuncional. Atualmente, as praças desfrutam de prestígio, sobretudo a partir da voga pela “qualidade de vida”, presente nos projetos de revitalização urbana. Constituem, também, tema central dos debates que envolvem a cena urbana contemporânea. Essa importância pode ser constatada nas políticas de intervenção, nas quais a praça aparece como elemento fundamental.

Além da concorrência com os espaços privados como shoppings, bares, etc. e, em alguns casos, o descaso do poder público na sua manutenção, a praça também concorre com as mudanças no estilo de vida da população, provocados pelas novas

tecnologias e velocidade da informação, tornando a vida mais acelerada e menos comprometida com o humano.

Esse estreitamento de sua função deu-se a partir do momento em que as estruturas logísticas dos mercados, a troca de informação e a própria informatização, aliados ao processo de globalização, sem dizer do poder com seus meios e seus símbolos, distanciaram-se da dimensão comunitária da coletividade, e se aproximaram do privado na sua dimensão familiar, se não, ao seu isolamento individual. (DE ANGELIS *et al.*, 2005, p. 3)

Estruturou-se metodologicamente esta pesquisa tendo como referenciais o homem e o espaço físico. Como preconizado por Corrêa (2000, p. 28) “[...] o objeto da Geografia é [...] a sociedade, e a Geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial”, ou seja, é a relação entre a dimensão física e humana como dependentes e condicionantes entre si - o *locus* praça e o sujeito homem.

A presente pesquisa tem por objetivo conhecer as formas de apropriação e as relações estabelecidas entre a praça e seus frequentadores, na Praça Napoleão Moreira da Silva, na cidade de Maringá, Paraná. As formas de apropriação serão verificadas por meio de levantamento bibliográfico e qualiquantitativo, observação em campo por meio de enquete de opinião, cuja finalidade será verificar suas características físicas (equipamentos, estruturas, tipologia e mobiliário), bem como analisar os aspectos socioeconômicos de seus frequentadores (lazer, prostituição, população em situação de rua, violência, economia informal), no que tange seus usos e funções.

São comuns os estudos que tratam dos espaços públicos, especificamente as praças, com relação à sua dinâmica que pode apontar certo distanciamento da população. Esse distanciamento pode ser observado com mais frequência nas médias e grandes cidades, por estarem as praças mal equipadas, malconservadas e os frequentadores estarem suscetíveis à violência, fatores estes causados pela ausência de manutenção e segurança.

Esta pesquisa busca entender como a população se apropria da praça e como esse espaço público exerce sua função social. Sob este aspecto, a questão que norteia este trabalho é: Qual função a Praça Napoleão Moreira da Silva desempenha na atual dinâmica urbana da cidade de Maringá?

Na busca das respostas ao questionamento apresentado, delinearam-se duas hipóteses: a) A praça em questão cumpre em parte sua função social apesar de não estar adequada para uso dos cidadãos quanto a sua estruturação, e por ser suscetível à violência, fatos provocados pela ausência do poder público e, por consequência, o distanciamento dos frequentadores; b) O ritmo de vida acelerado e a incorporação das novas tecnologias ao cotidiano não atrai a população para locais de encontro e de socialização que a praça deveria promover.

O estudo da Praça Napoleão Moreira da Silva, à luz da Geografia, justifica-se por ser cenário da vida social, no qual transita e efetiva-se o cotidiano dos cidadãos, ou seja, é conteúdo da relação entre a dimensão física e humana, tendo o espaço público como *locus*.

São as ações e necessidades cotidianas que desencadeiam e concretizam a relação entre sociedade e ambiente, entendidas aqui como práticas socioespaciais. Segundo Loboda (2009, p. 36): “[...] as práticas socioespaciais são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos lugares, incluindo os espaços públicos”. Sob essa concepção admite-se a praça como categoria de análise à luz da Geografia, ou seja, o espaço físico entendido a partir das relações socioespaciais que aí desencadeiam.

A riqueza do logradouro reside no fato de haver múltiplas possibilidades de usos que ali podem ocorrer, além do tradicional ponto de encontro, a praça dá condições para os frequentadores passearem, fazerem caminhadas ou simplesmente utilizarem seus bancos.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar as formas de apropriação da população por meio dos usos e funções em relação à Praça Napoleão Moreira da Silva na cidade de Maringá – Paraná.

Como objetivos específicos, tem-se:

- Caracterizar os processos de transformação verificados na praça atualmente, considerando usos e funções;
- Avaliar qualiquantitativamente as estruturas e mobiliário.
- Avaliar a importância da praça para a população, por meio de enquete de opinião.

Na introdução do estudo, retrata-se a elaboração dos processos que levaram ao desenvolvimento desta dissertação, tais como os objetivos, relevância da pesquisa, justificativa e recorte espacial, já apresentados.

O primeiro capítulo é dedicado à apresentação e descrição da metodologia utilizada. Optou-se por uma abordagem quali-quantitativa do objeto de estudo com a obtenção de dados e informações e a aplicação da enquete de opinião e observações diretas do espaço estudado, que foram aplicadas e analisadas seguindo a metodologia de (DE ANGELIS, 2000).

No segundo capítulo será apresentado um breve contexto histórico sobre praças e seus usos e funções, serão apresentados alguns conceitos sobre mobiliário, equipamentos urbanos e vegetação bem como a apresentação dos aspectos socioeconômicos (lazer, economia informal, violência, população em situação de rua e a prostituição).

No terceiro capítulo serão expostos os resultados obtidos com a realização da pesquisa.

Por fim, encerra-se com a conclusão e as referências utilizadas.

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento da presente pesquisa se deu a partir de trabalho de revisão teórica, levantamento de dados em campo, o qual estará embasado por diagnósticos, observações e conversas *in loco*, levantamento de informações em órgãos públicos, entrevistas e enquete de opinião com a população.

Portanto, pretende-se entender como se desenvolve a relação entre os cidadãos e a Praça Napoleão Moreira da Silva na Cidade de Maringá, Paraná.

Para o levantamento quantitativo e a avaliação qualitativa de equipamentos¹, mobiliário² e vegetação presentes na Praça Napoleão Moreira da Silva fez-se uso da metodologia proposta por De Angelis (2000), a qual prevê a utilização de dois formulários semiestruturados.

No primeiro formulário, de caráter quantitativo, registrou-se o nome da praça, a localização, sua forma (quadrangular, circular, retangular, triangular ou outra), área ocupada (m²), tipologia (significação simbólica, significação visual, circulação ou recreação), entorno (comercial, residencial ou misto) e mais 22 itens, para os quais se verificará a existência, ou não, do mobiliário e/ou equipamento na praça e a respectiva quantidade (Quadro 1).

Para cada logradouro levanta-se presença, ou não, e quantidade de: bancos; luminárias; lixeiras; sanitários; telefone público; bebedouro; caminhos; palco/coreto; obra de arte; espelho d'água/chafariz; estacionamento; ponto de ônibus; ponto de táxi; quadra esportiva; estrutura para a prática de exercícios físicos; estrutura para terceira idade; parque infantil; banca de revista; quiosque de alimentação ou similar; identificação do logradouro; edificação institucional e templo religioso.

Após o levantamento quantitativo das estruturas presentes na praça, qualifica-se o nível de ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos presentes na praça, utilizando-se dos intervalos de classificação propostos por De Angelis (2005).

¹ **Equipamento urbano:** “Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (ABNT NBR 9050:2004, p. 3).

² **Mobiliário urbano:** “Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT NBR 9050:2004, p. 3).

O formulário 2, composto por 26 itens, tem por objetivo avaliar a qualidade e estado de conservação das estruturas presentes no logradouro (Quadro 2). Sendo a avaliação de cada item estabelecida por quatro conceitos, sendo eles: péssimo, regular, bom e ótimo. Assim, em uma escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro) definiu-se: 0 —| 1,0 ↔ péssimo; 1,0 —| 2,0 ↔ regular; 2,0 —| 3,0 ↔ bom; 3,0 — 4,0 ↔ ótimo.

Tais intervalos tem como objetivo auxiliar a interpretação do pesquisador, utilizando notas a partir da qualidade do material empregado na confecção das estruturas, bem como, aferir se estas vêm recebendo a manutenção adequada.

Quadro 1 – Formulário para avaliação quantitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Programa de Pós-Graduação em Geografia			
NOME DA PRAÇA: _____ LOCALIZAÇÃO: _____ ÁREA (m ²) _____ TIPOLOGIA: _____ ENTORNO: _____ () Quadrangular () Circular () Retangular () Triangular () Outra			
EQUIPAMENTOS e/ou MOBILIÁRIO	Sim	Não	Quantidade
1. Bancos - material:			
2. Luminária: alta () - rebaixada ()			
3. Lixeiras			
4. Sanitários			
5. Telefone público			
6. Bebedouros			
7. Caminhos - material:			
8. Palco/coreto			
9. Obra de arte: Monumento () – estátua () – busto ()			
10. Espelho d'água/chafariz			
11. Estacionamento			
12. Ponto de ônibus			
13. Ponto de táxi			
14. Quadra esportiva			
15. Estrutura para prática de exercícios físicos			
16. Estrutura para terceira idade			
17. Parque infantil			
18. Banca de revista			
19. Quiosque de alimentação ou similar			
20. Identificação do logradouro			
21. Edificação institucional			
22. Templo religioso			

Fonte: De Angelis (2000).

Após a avaliação qualitativa da praça, calcula-se a média aritmética simples, da qual se obtém uma nota final e, conseqüentemente, um conceito que permite classificá-la nos diferentes estados de conservação.

Quadro 2 – Formulário para avaliação qualitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Programa de Pós-graduação em Geografia	
NOME DA PRAÇA: _____	
LOCALIZAÇÃO: _____ BAIRRO: _____	
<input type="checkbox"/> Quadrangular <input type="checkbox"/> Circular <input type="checkbox"/> Retangular <input type="checkbox"/> Outra: _____	
ITENS AVALIADOS	NOTA
1. Bancos	
2. Luminária alta	
3. Luminária rebaixada	
4. Lixeiras	
5. Sanitários	
6. Telefone público	
7. Bebedouro	
8. Piso	
9. Traçado dos caminhos	
10. Palco/coreto	
11. Obra de arte: Monumento () estátua() busto()	
12. Espelho d'água/chafariz	
13. Estacionamento	
14. Ponto de ônibus	
15. Ponto de táxi	
16. Quadra esportiva	
17. Estrutura para prática de exercícios físicos	
18. Estrutura para terceira idade	
19. Parque infantil	
20. Banca de revista	
21. Quiosque de alimentação ou similar	
22. Vegetação	
23. Paisagismo	
24. Localização	
25. Conservação	
26. Segurança	

Fonte: De Angelis (2000).

A fim de evitar que um mesmo item seja avaliado de maneira distinta em diferentes praças, a metodologia de De Angelis (2000) estabelece parâmetros fixos de avaliação, conforme descrito a seguir:

- Bancos: estado de conservação; material empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; *design*; quantidade.
- Luminária alta: tipo; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípuo.
- Luminária rebaixada: tipo; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípuo.
- Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação.
- Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.

- Telefone público: localização - na praça, próximo ou distante de; conservação.
- Bebedouros: tipo; quantidade; condições de uso; conservação.
- Piso: material empregado; funcionalidade e segurança; conservação.
- Traçado dos caminhos: funcionalidade; largura; manutenção; desenho.
- Palco/coreto: funcionalidade; conservação; *design*; uso - frequente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.
- Obra de arte (monumento/estátua/busto): significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.
- Espelho d'água/chafariz: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.
- Estacionamento: conservação; sombreamento; segurança.
- Ponto de ônibus: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Ponto de táxi: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; cercada.
- Estrutura para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade; material empregado; conservação.
- Estrutura para terceira idade: estruturas existentes; conservação.
- Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação.
- Banca de revista: localização - periférica ou central, em evidência ou não; material empregado em sua construção; *design*; estética - se compatível com a praça.
- Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria, -; higiene; estética; localização.
- Vegetação: estado geral; manutenção.
- Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do verde no conjunto.
- Localização: se próximo ou distante de centros habitados; facilidade de acesso.
- Conservação: estado geral da praça - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.
- Segurança: em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação.

Serão quantificadas e identificadas as espécies vegetais arbóreas, palmeiras, arbustivas e herbáceas da praça

1.1 ENQUETE DE OPINIÃO

A partir dos objetivos estabelecidos na presente pesquisa sobre a importância da Praça Napoleão Moreira da Silva no cotidiano dos moradores, realizou-se enquete de opinião (Quadro 3), onde as questões versaram sobre o uso das praças e a percepção dos cidadãos sobre a vegetação no contexto urbano.

O formulário a ser utilizado na enquete, metodologia proposta por De Angelis (2000), é composto por 18 questões, nas quais o entrevistado informa: idade; endereço; nível de escolaridade; renda familiar; ocupação; média de horas trabalhadas por semana; média de horas semanais dedicadas ao lazer; o que costuma fazer nos dias de folga; lugares que costuma frequentar nesses dias; se frequenta alguma praça da cidade, em caso afirmativo qual ou quais, se negativo, por que não frequenta (Quadro 3).

Foram estabelecidos os períodos de abril (outono) e outubro (primavera) de 2019 para a realização da enquete de opinião que foi realizada três dias por semana (terça, quinta e sábado) nos três turnos, utilizando os seguintes horários: manhã (07:00 às 9:00), tarde (15:00 às 17:00) nos dias da semana, e aos sábados nos períodos matutino (07:00 às 9:00) e noturno (20:00 às 21:00).

A idade mínima parametrizada para respondentes foi a partir de 15 anos, sendo a enquete realizada com usuários e passantes da praça. No caso da enquete aplicada no período noturno, optou-se por ouvir, também, passantes à área externa da praça, objetivando abranger a prostituição, esse tratamento foi dado tendo em vista que as pessoas envolvidas nessas atividades só se encontram no logradouro no período noturno e na maioria dos casos no entorno da praça com o propósito de terem maior visibilidade para oferecerem seus serviços.

As perguntas foram agrupadas em duas categorias: as questões 1 a 10 possuem o intuito de coletar características socioeconômicas da população, as perguntas 11 a 18, tratam sobre o uso das praças da cidade, sendo que estas foram adaptadas da metodologia proposta por De Angelis, Castro e De Angelis Neto (2004).

Quadro 3 – Formulário para enquete de opinião sobre praças.

ENQUETE DE OPINIÃO SOBRE PRAÇAS PÚBLICAS		
1. Idade:		sexo: <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> feminino
2. Local de residência		
1. Nível de escolaridade		
<input type="checkbox"/> não alfabetizado <input type="checkbox"/> 1º grau* incompleto <input type="checkbox"/> 1º grau completo <p style="text-align: center;">(*atual ensino fundamental)</p>		<input type="checkbox"/> 2º grau** incompleto <input type="checkbox"/> 2º grau completo <input type="checkbox"/> 3º grau incompleto (superior) <input type="checkbox"/> 3º grau completo (superior) <input type="checkbox"/> pós-graduado <p style="text-align: center;">(** atual ensino médio)</p>
4. Qual a renda familiar?		
5. Qual sua ocupação?		
<input type="checkbox"/> trabalhador <input type="checkbox"/> estudante <input type="checkbox"/> aposentado <input type="checkbox"/> dona de casa <input type="checkbox"/> desempregado		
6. Em média, quantas horas você trabalha por semana?		
7. Em média, quantas horas você dedica ao lazer por semana?		
8. Nos seus dias de folga, <i>na maior parte das vezes</i> , você:		
<input type="checkbox"/> fica em casa <input type="checkbox"/> sai		
9. Quando você fica em casa nos dias de folga, o que mais faz (até 3 opções)?		
<input type="checkbox"/> descansa apenas <input type="checkbox"/> lê <input type="checkbox"/> vê tv <input type="checkbox"/> afazeres domésticos <input type="checkbox"/> acessa a internet <input type="checkbox"/> atividades ligadas ao trabalho ou estudo <input type="checkbox"/> ouve música <input type="checkbox"/> outros _____ <input type="checkbox"/> pratica esportes		
10. Quais lugares (até 3) você costuma frequentar nos seus dias de folga?		
<input type="checkbox"/> casa de parentes e/ou amigos <input type="checkbox"/> zona rural <input type="checkbox"/> barzinhos <input type="checkbox"/> lanchonetes/pizzaria <input type="checkbox"/> pesqueiro <input type="checkbox"/> shopping <input type="checkbox"/> sorveteria <input type="checkbox"/> praça <input type="checkbox"/> outros		
11. Você frequenta alguma praça da cidade?		
<input type="checkbox"/> sim - qual (ou quais)? <input type="checkbox"/> não - por quê?		
Se a resposta à pergunta acima for negativa, passe diretamente para a de n.º 18.		
12. Qual, ou quais dias da semana você vai à praça?		
<input type="checkbox"/> durante a semana <input type="checkbox"/> sábado <input type="checkbox"/> domingo		
13. Em que período você vai com mais frequência à praça?		
<input type="checkbox"/> manhã <input type="checkbox"/> tarde <input type="checkbox"/> noite		
14. Em média, qual é o seu tempo de permanência na praça?		
15. Qual, ou quais, os motivos que o levam a uma praça?		
16. O que você mais gosta e o que menos gosta na(s) praça(s) que você frequenta?		
17. O que você acha necessário melhorar nas praças que frequenta?		
18. Qual é sua opinião sobre as praças da cidade?		

Fonte: De Angelis (2000)

Questionários e enquetes constituem-se em instrumentos de pesquisa que permitem analisar, no caso presente, os anseios da população sobre determinado assunto. Para o dimensionamento da amostra (Equação 1) utilizou-se o proposto por Marques e Marques (2005), como segue:

Equação 1

$$M = \frac{N \cdot z^2 \cdot p \cdot q}{(N-1)e^2 + z^2 \cdot p \cdot q}$$

Em que:

M → tamanho da amostra

N → tamanho da população

Z → número de unidades de desvio padrão, de acordo com a probabilidade escolhida para ocorrência da diferença máxima entre os resultados da amostra, em relação aos verdadeiros percentuais da população.

e → diferença máxima admitida entre os resultados percentuais da amostra em relação aos verdadeiros percentuais da população (3% a 6%).

p → percentual de respostas favoráveis a uma alternativa;

q → percentual de respostas desfavoráveis a uma alternativa;

A enquete de opinião considerou a população de Maringá de 357.077 habitantes (IBGE, 2010) e, aplicando-se a Equação (1), obteve-se a amostra da pesquisa da ordem de 400 respondentes.

2 A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Serão abordados neste capítulo conceitos que subsidiarão a pesquisa, ou seja, é a explicitação das teorias e conceitos que vão embasar a compreensão do objeto da mesma. Nesse sentido serão trabalhados: a praça enquanto espaço coletivo, livre e público; a praça em relação as suas funções e usos; mobiliário, equipamentos urbanos e vegetação e seus aspectos socioeconômicos, lazer; economia informal; violência; população em situação de rua e prostituição.

A análise do processo de urbanização do Brasil é importante para a compreensão de como se dá o planejamento das cidades e também seu desenvolvimento industrial. Souza (1988) define que a urbanização é uma das formas de estruturação do espaço e da sociedade, pois não é apenas uma revolução na organização do espaço físico, mas também implica na forma de viver do homem e do corpo social.

Segundo Santos (2005), o processo de urbanização teve início com o deslocamento da população rural para as cidades, ou seja, o processo de transformação da população rural em população urbana pela migração a partir do seu crescimento vegetativo.

A cidade, como apresenta Carlos (2005, p. 26): “[...] é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer e também uma cultura”. Em meio a essa dinamicidade evidencia-se, ainda de forma mais acentuada nos grandes e médios centros, o estabelecimento de um ritmo de vida acelerado que faz com que as relações sejam cada vez mais objetivas, menos intimistas e humanizadas.

A cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por tradição [...] é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana [...] é unidade geográfica, ecológica, econômica, e cuja divisão do trabalho distribui a população moderna em múltiplas profissões e ocupações [...] do homem civilizado [...] de um tipo peculiar de vida (PARK, 1967, p.30).

Santos (1997, p. 207) afirma que “a cidade ideal seria aquela onde todos passantes teriam rostos de amados”. Mas, mesmo que não se tenha como objetivo a

cidade ideal imaginada por Santos (1997), tampouco explorar formalmente a ficção, é relevante examinar também a cidade internalizada, guardada na memória e no afeto de seus moradores, pois a análise das visões particulares também auxilia a compreensão do coletivo.

O momento de crise estrutural das cidades como consequência dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural tem conduzido o fenômeno urbano com seu ritmo acelerado a um destino incerto, transformando cada vez mais as ciências em força produtiva e o espaço urbano em mercadoria (LOBODA 2005, p. 129)

O que confere forma às cidades são as intervenções originárias das necessidades dos sujeitos

[...] são constituídas, do ponto de vista físico, de espaços de interação urbana (rede rodoferroviária), espaços com construções (habitações, indústrias, comércio, hospitais, escolas etc.) e de espaços livres (praças, parques, águas superficiais etc.) (CAVALHEIRO; DEL PICHA, 1992, p. 29).

Não é possível conceber a existência das cidades sem considerar os espaços livres, que se apresentam como elemento essencial para a formação da urbe, caracterizando-se como importante fator de análise (QUEIROGA; BENFATTI, 2007).

São compatíveis, principalmente aos espaços livres, as funções de socialização e lazer, os quais, segundo Cavalheiro *et al.* (1999, p. 7)

[...] constituem-se de espaços urbanos ao ar livre, destinados a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral à recreação e entretenimento em horas de lazer e ócio.

Segundo Lima (2004), os espaços livres urbanos formam um “tecido pervasivo”, ou seja, que tende a espalhar-se, difundido em toda a urbe, condicionando a cidade aos seus espaços.

De acordo com Magnoli (1982), os espaços livres urbanos são definidos como espaços livres de edificação, dentre eles: praças, quintais, jardins, ruas, parques, etc, que podem ser públicos ou privados. O termo espaço livre está associado ao meio urbano e às funções de preservação, recreação, convívio, circulação (MERLIN; CHOAY, 1988; RONCAYOLO, 2002).

No entendimento de Matos (2010, p. 17) a cidade é constituída por espaços privados e públicos, sendo que os primeiros, na maioria das vezes, “ocupam uma parte significativa do seu território, contudo, aquilo que melhor a caracteriza são os seus espaços públicos”. A individualidade, originalidade de cada cidade é resultante principalmente da configuração física e social de seus espaços públicos.

Para Woolley *et al.* (2004, p. 12): “Espaços públicos caracterizam-se por locais abertos a todos, independentemente da origem étnica, idade ou sexo [...]”, ambientes de encontro, que conferem identidade e sentido de lugar para a comunidade local.

Para Caputo (1999, p. 13): “Refletir sobre o espaço público significa refletir sobre a cidade, sobre as maneiras de habitá-la ou sobre as formas por meio das quais se constrói e se representa”. O espaço público é a essência da relação entre formas e sujeitos, a qual estabelece e configura a dinâmica do espaço como um todo. “É o lugar de encontro dos indivíduos uns com os outros, de encontro também com a sua própria cidadania, permitindo desenvolver e consolidar a sua vida em comunidade” (PEREIRA, 2008, p. 12). O espaço público caracteriza-se, sobretudo, pelo livre acesso e pela interação de sujeitos entre si com o ambiente.

[...] as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais – constituindo-se enquanto atividade prática. Nessa direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática socioespacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana (CARLOS, 2007, p. 11).

Gomes (2006, p. 160) apresenta que: “Os atributos de um espaço público são aqueles que têm relação direta com a vida pública...” ou seja, são espaços em que desfila o cotidiano e as relações sociais sem empecilhos ao acesso.

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, ou seja, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa. [...] o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (GOMES, 2006, p. 162).

A partir da definição de espaço público proposta por Gomes (2006), tem-se a praça como a essência desse espaço, devido sua relação direta com a vida pública, ambiente democrático e acessível a todos. É no espaço efetivamente público que o sentido de sociedade se manifesta ou poderia se manifestar, com maior veemência (CORNELI, 2013).

Em relação à morfologia da cidade, as praças diferenciam-se de outros espaços por representarem vazios na malha urbana, os quais proporcionam uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. Constituem espaços referenciais, atuando como marcos visuais e como pontos focais na organização das cidades. Essas características são observadas desde os primeiros assentamentos humanos – cuja composição colocava em destaque um espaço central diferenciado – até as cidades contemporâneas, nas quais a valorização deste espaço aparece nas políticas de revitalização urbana (DE ANGELIS, 2000).

A criação e manutenção de espaços públicos, propícios ao encontro e ao convívio, devem ser objetos de preocupação das políticas públicas e do planejamento urbano da mesma forma como tem sido dos espaços destinados aos veículos, pois o atual ponto de encontro da população tem sido os shopping centers, espaços privados de uso público, onde o sujeito é pensado como consumidor e não como munícipe. O poder público se faz presente de forma ainda incipiente, e nas poucas situações em que se faz presente, não ouve às demandas da população em relação ao espaço público. Nesse sentido, o que teremos, é a reprodução de espaços vazios ou apenas elementos decorativos na cidade, sem cumprir sua função social (encontro e lazer) ao qual foi destinado.

2.1 PRAÇAS: HISTÓRIA, USOS E FUNÇÕES

Quanto à importância histórica das praças, De Angelis (2000, p. 40) resgata algumas praças onde fatos marcantes aconteceram:

[...] na Ágora, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma nasceu o império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na Plaza de Mayo, Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça Tiananmen – ou T'ien-Na-Men – (Praça da Paz Celestial), em

Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989.

Em sua História, a praça teve várias funções: a de mercado, quando na Idade Média e no período colonial brasileiro eram utilizadas para as atividades comerciais e feiras; a militar – em que eram utilizadas para exercícios e manobras militares, sendo que estes praticamente deixaram de existir, salvo algumas exceções, em que essa função acabou sendo transferida para grandes avenidas, principalmente quando localizadas em grandes centros urbanos; a religiosa e a de convívio social pela presença humana (sociedade), que dá vida e movimento ao *locus* (CALDEIRA, 2007).

A praça existiu sempre impregnada de forte viés simbólico, moldada a cada fase da história da humanidade e representa marco de liberdades, como é o caso da Ágora, onde era possível que todo cidadão manifestasse sua opinião sobre os assuntos e destino da cidade. Símbolo do poder, o Fórum Romano congregava e era o centro das decisões do Império Romano. A Ágora representava o grau de politização de seus respectivos povos, as praças medievais refletiam um caráter diverso, assumindo feições de local de espetáculo e de comércio e também espaço para ocupar a ociosidade, um convívio cuja ocupação massiva do espaço não permitia estar só (LOBODA e DE ANGELIS 2005).

No período renascentista a praça assumiu simbologia de elemento urbanístico para transformação e embelezamento das cidades, uma vez que representava o máximo valor artístico e estético em se tratando desse espaço. Independentemente do tempo que a envolve, a praça adaptou-se e adapta-se à perfeição à simbologia que lhe é conferida nos diferentes períodos da humanidade, perpetuando-se no imaginário individual e coletivo como referência aglutinadora e catalisadora - essa é a essência de uma praça. (DE ANGELIS, 2000).

Sua perenidade na história da humanidade é notória e, por este *continuum* temporal e por ter sido apropriada há séculos pelas civilizações, exercendo a sua mais importante função - integração e sociabilidade, local de estudos e pesquisas. A praça aproxima e reúne as pessoas, seja por motivo cultural, religioso, econômico (comércio formal e informal), político ou social; é também um espaço dotado de símbolos que carrega e congrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais. A praça potencializa a noção de

identidade urbana, que dificilmente o convívio na esfera da vida privada poderia proporcionar, pois é um repositório da memória coletiva em histórias que se propagam no tempo, seja natureza nos registros físicos como nas tradições orais (CORNELI, 2013)

A praça constitui um importante espaço urbano na cultura ocidental. Como espaço coletivo abrigou importantes acontecimentos da vida cotidiana, estando atrelada aos diversos momentos de transformação das cidades. Da Antiguidade Clássica à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.

Em qualquer país, cultura ou idioma as praças sempre tiveram importância fundamental na paisagem urbana das cidades. “A princípio esses tinham como principal característica serem espaços secos, sendo na Europa conhecidos por piazze ou Plaza”. Esses espaços serviam como ponto de encontro de comerciantes que os utilizavam para expor e vender seus produtos. “Já no Brasil esses mesmos espaços eram chamados de largos, pátios ou terreiros” (ROBBA; MACEDO, 2003, p. 16).

De acordo com Lamas (2004, p. 100; 102):

[...] nas cidades islâmicas, a praça não existe. Quanto muito, o cruzamento de ruas produz uma área mais larga no ponto de confluência. A praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados – pela organização espacial e intencional de desenho. Esta intencionalidade repousa na situação da praça na estrutura urbana no seu desenho e nos elementos morfológicos (edifícios) que a caracterizam.

A praça abriga o espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade. Portanto, as praças são destinadas ao lazer e, quando próximas das unidades de moradia, se tornam ainda mais significativas para promover o lazer (ROBBA; MACEDO, 2002).

Além da memória histórica, De Angelis (2000) faz referência a uma memória afetiva em que todos temos lembranças da infância de uma praça em que o balanço,

a gangorra ou o escorregador fizeram parte do universo infantil. Esse espaço foi, por muito tempo, incorporado em nossas vidas como referencial de um “tempo bom” ali vivido.

As praças eram parte importante da “esfera pública” como denomina Habermas (1992), já existente nas cidades-repúblicas da Itália renascentista, conforme citado por Burke (1995), historiador inglês em seu livro “A arte da conversação”. Burke argumentando sobre a importância dos espaços públicos de convivência, lembra que, em italiano, expressões como *mettere una cosa in piazza* (colocar algo em discussão), “*fare ou sfidare la piazza*” (desafiar a opinião pública), dão prova ainda hoje, da importância de tais espaços para a vida cotidiana.

Embora criadas como locais privilegiados de interação social, atualmente têm sido usadas para o passeio de moradores de edifícios com seus cães; quando estão localizadas no centro das cidades, por exemplo, são tomadas pela ocupação desordenada de camelôs que impedem o trânsito dos pedestres, além de abrigar marginais, tornando-se cada vez menos hospitaleira para os transeuntes que param para descansar (CORNELI, 2013).

A praça constitui-se em elemento urbano de aglutinação social, na medida em que propicia a socialização, a prática das diversas manifestações de lazer ou o simples ver e ser visto. Transformações ao longo do tempo, muitas vezes, relegaram esses espaços a uma situação de menor importância no tecido urbano, porém nem por isso, foram ou estão fadadas ao desaparecimento, visto ainda serem espaços de excelência para interações, trocas e convivência humana (DE ANGELIS *et al*, 2005)

Diante da diversidade de configurações urbanas existentes observa-se a praça como um *locus* privilegiado da cidade, até pelo seu caráter de espaço multifuncional. Tal importância pode ser constatada nas políticas contemporâneas de intervenção urbana, nas quais a praça aparece como elemento fundamental (KOSTOF, 1992).

Historicamente, a praça é tida como estrutura urbana centralizadora “[...] é o espaço público da prática da vida pública. Tem papel predominante no desenho e na vida das cidades [...]. [...] foco de convergência de edifícios públicos e ruas, de fluxos de pessoas e atividades sociais” (ALEX, 2008, p. 275-276).

Na realização do estudo sobre as praças e suas funções na vida brasileira, Robba e Macedo (2003, p. 17), com o objetivo de buscar melhor definição consideram

duas premissas básicas – o uso e a acessibilidade do espaço – para chegarem ao seguinte conceito: “Praças são espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos”.

Escreve Remolli (2010) que encontros nas praças passam a ter significados distintos e, conceituar ou definir o termo praça é uma tarefa árdua, tanto por parte do poder público quanto por parte dos pesquisadores e técnicos, devido às inúmeras definições ou conceitos que poderiam ser aplicados, dependendo da ótica de quem as estuda. O ponto de convergência entre os que tentam conceituá-la é o fato de que ela se constitui como um espaço público.

Conceitualmente, a praça apresenta diferentes abordagens e na concepção de Lamas (2004, p.102) “[...] é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, inclusive de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

A praça é um espaço capaz de se modificar e se adaptar às transformações das cidades, possibilitando apropriações diversas e essa peculiaridade fez com que a praça adquirisse uma diversidade de formas e funções, sem perder sua essência como espaço coletivo (LEPETIT, 2001)

Porém, não se pode considerar a praça somente para o lazer. Ela tem funções tão relevantes quanto o descanso, haja vista que promovem a melhoria do meio ambiente mediante a distribuição da ventilação em meio às edificações e com a dissipação da poluição, permitindo ainda a circulação entre áreas significativas na dinâmica urbana, como opção de recreação para atividades coletivas e configurando-se como uma área de embelezamento ao propiciar acesso aos recursos naturais pela cidade ou ainda produzindo espaços estéticos artificiais para amenizar e contrastar com a paisagem de concreto das construções da cidade (ORTH; CUNHA, 2000).

A praça só existe pela interação do homem com seu ambiente circundante, sendo este um processo que envolve diferentes temporalidades que, por sua vez, são definidas por seus usos, funções e da própria configuração que se estabelece, adquirindo maior ou menor importância ao longo do tempo e que, de acordo com Marx (2003), perpassam o sagrado (ou religioso) e o profano (ou mundano).

Ações para a melhoria da qualidade de vida com enfoque social surgiram de ações vinculadas à educação, à cultura, à economia e ao trabalho. A qualidade de

vida se potencializa na educação social da população e na busca constante da cidadania. Em outras palavras, o caráter educativo e pedagógico justifica a inserção da qualidade de vida nas políticas públicas, já que a condição de vida e estilo de vida, incontestavelmente, são fatores primordiais para o avanço global da sociedade (GONÇALVES; VILARTA, 2004).

Nota-se, nas definições citadas, a presença latente da função social da praça. De Angelis et al. (2005, p. 1-2) sintetizam a ideia principal que permeia as definições expostas: “Do romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos; no entanto todos têm um ponto em comum: é o local da reunião, do encontro”.

A partir desses conceitos, fica implícita a importância, a representatividade e o significado que a praça desempenha no contexto das cidades como local público e que assume funções diversas, sobretudo sociais, portanto, passível de ser estudada e analisada sob a ótica geográfica.

A praça é elemento típico, constitutivo, símbolo do espaço urbano, o qual segundo Lefebvre (1999, p. 112) “[...] é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano”. É o resultado, a representação física da ação de diferentes sujeitos em diferentes épocas motivados por interesses diversos.

Não há como ignorar as particularidades do lugar, de tal maneira que as intervenções na cidade e no espaço público não podem e não devem se caracterizar por ações seriadas e generalistas, mas sim considerar as singularidades e envolver a representatividade dos sujeitos interessados (CORNELI, 2013).

[...] a compreensão da cidade [se dá] através da análise da vida cotidiana como prática socioespacial; isto é, a cidade como o espaço onde se desenrola e ganha sentido à vida cotidiana. [...] o lugar é que assegura a materialização do processo, realizando-se no plano do imediato. [...] isto significa dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta (CARLOS, 2007, p. 12- 42).

Segundo Robba e Macedo (2002, p. 11): “A praça, juntamente com a rua, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade [...]”; é elemento que confere identidade e distinção à *urbe*. Na concepção de Segawa (1996, p. 31): “A praça é o espaço ancestral, que se confunde com a própria origem do conceito ocidental urbano”.

Ao estudar a praça com olhar voltado para sua ocupação imediata significa compreender a vida no seu entorno e como este espaço público, que constitui vasto campo de pesquisa, tendo em vista seu caráter multidisciplinar que agrega diferentes saberes ocupam-se em estudá-la; desde a arte em suas diferentes manifestações, a literatura, as ciências mais exatas e cartesianas como as engenharias e a própria arquitetura com vieses nas ciências humanas ou na ciência social. Mais abrangente se torna quando esse estudo envolve a Geografia que abarca as questões físicas e humanas. Esse caleidoscópio científico, cultural e técnico permite analisar e entender a importância de estudar semelhante espaço urbano. (CALDEIRA, 2007)

Essas características são observadas desde os primeiros assentamentos humanos – cuja composição colocava em destaque um espaço central diferenciado – até as cidades contemporâneas, nas quais a valorização deste espaço aparece nas políticas de revitalização urbana.

2.2 MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS URBANOS E VEGETAÇÃO

Serão trabalhados neste item os conceitos de mobiliário urbano e equipamentos urbanos, suas finalidades e seus diferentes usos e funções, bem como os benefícios que a vegetação proporciona para a população que frequenta a praça.

A legislação brasileira estabelece o termo mobiliário urbano, por meio da Lei 10.098/2000, como sendo um “conjunto de objetos presentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação” (BRASIL, 2000). Por sua vez, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) considera mobiliário urbano “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p.1). De acordo com essa norma, são exemplos de mobiliário urbano: abrigos de ônibus,

esculturas, acessos ao metrô, cabines telefônicas, postes, parques infantis, quiosques, relógios e bancos, entre outros.

Kohlsdorf (1996), trata o mobiliário urbano como integrante dos elementos complementares do espaço urbano, considerando que esses elementos possuem “características de maior mobilidade e menor escala” e muitas vezes são “os principais responsáveis pela imagem dos lugares” (KOHLSDORF, 1996, p.160-161). No entanto Guedes (2005) optou por empregar o termo “equipamento urbano”, por entender que esse conceito abrange também objetos de maior porte, destinados ao uso no meio urbano. Na concepção desse autor, o mobiliário urbano está contido na categoria de equipamentos urbanos.

Segundo Montenegro (2005), o mobiliário urbano são artefatos direcionados à comodidade e ao conforto dos usuários e, em especial, dos pedestres. O autor também afirma que o mobiliário urbano “compõe o ambiente no qual está inserido e faz parte do desenho urbano das cidades, interagindo com seus usuários e com o contexto sociocultural e ambiental (MONTENEGRO, 2005, p.29).

O mobiliário urbano não possui apenas um caráter decorativo. Neste sentido, Freitas (2008) considera que elementos urbanos, ou mobiliário urbano, são objetos destinados a equipar a cidade e têm alusão ao mobiliário doméstico. O autor enfatiza que “o mobiliário urbano contribui para a estética e para a funcionalidade dos espaços, da mesma forma que promove a segurança e o conforto dos usuários (FREITAS, 2008, p. 153).

Como forma de padronizar esses termos utilizados nas discussões sobre esse tema no Brasil, oficialmente, é utilizado o termo “mobiliário urbano” (MOURTHÈ, 2008).

Cada espaço urbano requer tipos distintos de equipamentos destinados a ocupar os espaços urbanos de acordo com a dinâmica local, hábitos e necessidades da população do entorno e da forma que esta os utiliza. É, finalmente, parte do equilíbrio da infraestrutura do território dos espaços urbanos da cidade moderna, tornando-se ponto neutro em que as desigualdades não encontram lugar (MORAES; GOUDARD; OLIVEIRA, 2008).

Escreve Remolli (2010) que equipamentos novos vão surgindo paulatinamente em substituição aos velhos elementos decorativos, adequando às necessidades das

formas de lazer desejadas pela população do seu entorno. Pistas para skate e para bicicross, quadras para prática de futebol de areia e vôlei, pistas de corrida e caminhada são alguns dos equipamentos destinados ao lazer contemporâneo e tais equipamentos adicionados precisam de manutenção e orientação constantes sobre seu uso correto e avaliação do grau de utilização. Tais medidas, embora aparentemente simples, servem para atender à sustentabilidade das cidades pela preservação e manutenção do verde. A depender do tamanho de cada cidade, a dinâmica pode se alterar e os encontros nas praças passam a ter significados distintos para os cidadãos.

As consequências da falta de planejamento urbano associado ao crescimento desordenado das cidades provocam nas pessoas e estudiosos uma percepção da vegetação como componente necessário ao espaço urbano (CARVALHO, 1982).

Veras (1986) ressalta que a arborização se constitui como elemento de preocupação permanente, levando em consideração seus inúmeros benefícios. Dessa forma, a inserção do verde nas praças propicia melhoria da qualidade de vida da população em relação aos aspectos funcional, ecológico e estéticos, tornando as praças locais mais agradáveis e amenos.

A presença de vegetação nas praças pode trazer inúmeros benefícios para a qualidade de vida da população promovendo bem-estar psíquico e físico, uma vez que contribui com a redução da poluição atmosférica e sonora, abrigo para a fauna e presença de sombreamento (COSTA; FERREIRA, 2009).

Para o pleno desempenho do seu papel, a arborização urbana precisa ser aprimorada a partir de um melhor planejamento, pois seus benefícios são inúmeros. Loboda e De Angelis (2005) citam alguns autores que têm essa preocupação. São eles: Grey e Deneke (1978), Llardent (1981), Cavalheiro (1992), Di Fidio (1990), Lombardo (1990), entre outros. Os benefícios são: composição atmosférica urbana, equilíbrio solo-clima-vegetação, atenuante dos níveis de ruído e melhoria da estética urbana.

Dentre os benefícios efetivados de ação direta pelas áreas verdes, Sanchotene (2004) considera: promoção do conforto térmico pela diminuição das temperaturas, diminuição do consumo de energia nos centros urbanos, resfriamento por sombreamento e evapotranspiração, promoção da melhoria da qualidade do ar,

através da geração de oxigênio na atmosfera, diminuição do gás carbônico e absorção de partículas de partículas poluentes, promoção da estabilidade climática, enriquecimento do solo por acréscimo de matéria orgânica e dos nutrientes aumentando a fertilidade do mesmo, manutenção da umidade do solo, proteção das áreas de captação de água, controle de inundações, controle da poluição sonora, conforto lumínico, promoção da biodiversidade favorecendo a conservação da vida silvestre, oportunizando a propagação de espécies nativas e promoção do desenvolvimento sustentável prejudicado pela urbanização.

Sanchotene (2004) ainda cita alguns benefícios indiretos, são eles: lazer e recreação, ecoturismo, melhoria das relações humanas psicossociais, promovendo a saúde mental e física das pessoas, educação, valorização monetária de propriedades circundantes, fortalecimento da organização comunitária.

Segundo Loboda e De Angelis (2005), apesar das inúmeras e inegáveis funções das áreas verdes sua oferta é incipiente frente à procura e tal fato ocorre em função de como são tratadas nas instâncias públicas no Brasil, pois a carência de recursos não é suficiente para que o poder público possa considerar as áreas verdes no planejamento geral da urbe.

As áreas verdes são importantes para a qualidade da vida urbana, uma vez que agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do Homem, absorvendo ruídos e atenuando o calor do sol. No plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações, constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios.

2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Benévolo (2003) faz um relato dos estudos realizados sobre os vestígios encontrados nas escavações em antigas aldeias e que registram uma imagem da convivência humana. Nas plantas desses locais pode-se verificar que o homem, a partir do momento em que deixou de ser nômade, sentiu necessidade de proteger as pessoas do ataque de invasores e animais ferozes, e que passaram a integrar essas comunidades. A construção das casas era feita em forma de círculo, mantendo um espaço livre no centro da aldeia, destinado ao culto de divindades, às danças e à troca

de produtos, tornando-se, portanto, um local de comércio e também um local que abrigava o encontro das pessoas.

Com a evolução das aldeias em cidades, esses espaços livres passaram a ter usos diferenciados, mas continuaram a ser de fundamental importância na reprodução das relações humanas e no exercício da convivência social.

No resgate histórico que perpassa o arco do tempo, é marcante o papel das praças na relação entre os cidadãos e a vida pública na construção da história (DE ANGELIS, 2018). As praças públicas são palco e cenário de protesto, de violência, até mesmo de revolução.

Por ser um espaço aberto, a praça possibilita seu uso de formas diversas, seja para o lazer, comércio, o uso alternativo (população em situação de rua, prostituição), manifestação da violência, entre outros.

Tendo por base a relação entre os cidadãos e a Praça Napoleão Moreira da Silva, como observou De Angelis (2000), que envolve e aproxima as pessoas, seja por motivo cultural, religioso, econômico (comércio formal e informal), político ou social; a praça é também um espaço dotado de símbolos que carrega e congrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e socioculturais para a manifestação destes no espaço.

Foram trabalhados cinco aspectos que relacionam a Praça Napoleão Moreira da Silva com a questão socioeconômica: lazer, economia informal, violência, população em situação de rua e prostituição.

2.3.1 Lazer

O período Pós-Revolução Industrial foi marcado pelo trabalho na estrutura social. Contudo, o domínio do trabalho na sociedade começou a ser questionado e surgem ideias relacionadas ao lazer como elemento estruturante no contexto social. Porém, a noção de lazer é anterior à Revolução Industrial. Yurgel (1983) afirma que na civilização grega o lazer encontrou seu maior sentido. Por permitir lazer aos “homens livres”, os filósofos gregos defendiam a escravidão

A desorganização no crescimento das cidades industriais desconsiderou o problema do lazer que, apesar de sua importância, era representado por carentes estruturas para esse fim (DE ANGELIS, 2000).

Nos dias atuais percebemos que o crescimento de infraestrutura adequada não acompanhou o crescimento da população, resultando na escassez de espaços, bem como, na desigual distribuição dos espaços destinados ao lazer na cidade, cada vez mais centralizados e menos acessíveis à camada da população de baixa renda. Marcellino (2006, p. 72) considera que

essa situação é agravada, sobretudo se considerarmos que, cada vez mais, as camadas mais pobres da população vêm sendo expulsas para a periferia, e, portanto, afastadas dos serviços e dos equipamentos específicos: justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências e para quem o transporte adicional, além de economicamente inviável, é muito desgastante. Nesse processo, cada vez menos encontramos locais para os folguedos infantis, para o futebol de várzea, ou que sirvam como pontos de encontro de comunidades locais

Segundo De Angelis (2000), as cidades brasileiras, na maioria dos casos, se caracterizam por apresentar poucos espaços destinados ao lazer para atender a demanda da população e ressalta também a questão da socialização quando diz:

Não se pode ter apenas o “lazer privatizado”. Aquele dos clubes pagos, dos condomínios fechados, que privilegia quem pode pagar e ter. O lazer enseja uma socialização no sentido do usufruto tanto por parte de quem pode como de quem não pode dispor de recursos financeiros (DE ANGELIS, 2000, p. 229).

As ações da iniciativa privada vêm se constituindo como uma das principais alternativas para vivências no tempo e espaço de lazer nas cidades, fator que torna o acesso ao lazer restrito às camadas sociais mais privilegiadas economicamente. Na mesma direção, Marcassa (2003, p. 5) alerta que no tempo e espaço

são consumidos produtos culturais intimamente articulados aos interesses do capital e das classes dominantes em disseminar saberes, valores, significados e formas de relacionamento e reproduzir determinada ordem social e seus modos de ser, viver e compreender a vida correspondentes. Esta é a manifestação do lazer enquanto indústria cultural

O lazer só pode ocorrer se houver nas cidades espaços específicos para esse fim e o sentido de lazer, sob tal perspectiva, possui uma característica individual de opção, ou seja, decisão de liberdade de escolha por parte do indivíduo. Para Dumazedier (1982) o lazer ocorre num espaço diferente – da igreja, da escola, da família, do trabalho, assim o espaço do lazer é vivencial, tendo como principal objetivo o viver pelo viver, ocupando o tempo livre com propósito de atender as necessidades individuais, físicas, sociais e/ou artísticas.

O conceito de lazer desenvolvido por Dumazedier (1980, p. 63), será adotado aqui para embasar uma das funções da praça em estudo.

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se dar de pleno grado, seja para desenvolver sua participação voluntária, ou sua formação desinteressada, depois de estar livre de todas as suas obrigações profissionais, familiares ou sociais.

Nesse sentido, Marcellino (2006) aponta que a democratização do lazer no ambiente urbano depende da democratização do espaço. Para que a população possa usufruir o seu tempo de lazer com qualidade é necessário que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível e acessível.

Ao privilegiar o ser humano, pode-se alcançar melhoria da qualidade de vida, recreação e contato social por meio da reorientação das cidades em relação a significância e dimensão das atividades de lazer. Para Di Fidio (1990), a política que assegura a recreação no próprio ambiente onde o homem passa a maior parte do seu tempo livre é a mais inteligente.

As praças poderiam cumprir melhor a sua função social relacionada ao lazer se fossem projetadas e construídas próximas aos locais de residência da população menos privilegiada. Nesse sentido, a praça, por seu menor custo de implantação e manutenção, se apresenta como a melhor opção, se comparada a outros espaços públicos, para a prática do lazer devido a sua proximidade da unidade de moradia

Segundo Lira Filho (2012), as cidades são compostas pelo lazer ativo e o lazer passivo e dentro dessas duas tipologias existem outras ramificações de lazer compostas pelo contemplativo, recreativo, esportivo e cultural. Nesse contexto as praças podem abrigar usos mistos, ou seja, atividades de lazer contemplativo, recreativo, esportivo e cultural simultaneamente.

Levando em consideração as colocações realizadas no parágrafo anterior podemos dizer que a Praça Napoleão Moreira da Silva está estruturada para o lazer recreativo, por conta do parque infantil (academia da primeira infância), para o lazer esportivo pelo fato de possuir uma academia da terceira idade (ATI) e espaços para caminhadas e corridas, para o lazer contemplativo, em função dos bancos e do paisagismo, e para o lazer cultural, que apesar de não possuir concha acústica ou coreto, a praça possui uma elevação no piso em sua parte central, possibilitando a realização de espetáculos artísticos, feiras, dentre outros.

2.3.2 Economia Informal

Ao considerar que as principais mudanças ocorridas no final do século XX foram econômicas, sociais e culturais em nível mundial e provocaram novos hábitos e comportamento da população, pode-se levar em conta que novas relações de trabalho e produção, gerados pela globalização, desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias de produção e da informatização, afetaram de forma significativa a vida dos homens (CLEPS, 2009).

O primeiro marco conceitual do termo "informal" - o "informal como setor informal" - foca a natureza do processo produtivo, a natureza da empresa, da unidade produtiva, da baixa produtividade e da pobreza; o segundo marco - o "informal como economia informal" - dá destaque para o problema da ocupação, da baixa qualidade do emprego e da falta de proteção social; o terceiro marco - o "informal como processo de informalidade" - enfatiza a questão das mudanças estruturais da economia e da sociedade, que criam e recriam formas do informal, limitam as possibilidades de regulação da atividade econômica por parte do Estado e estimulam a não aceitação desta regulação por parte dos agentes produtivos (PAMPLONA, 2013).

Em particular no Brasil, principalmente em meados dos anos oitenta se observa um processo de precarização do trabalho, levando a uma associação entre precariedade e informalidade pelo fato dos trabalhos precários e desprotegidos estarem situados geralmente no setor informal da economia (LEONE, 2010).

Para Hirata (2000) os trabalhos precários podem ser definidos como aqueles mal remunerados, com possibilidade quase nula de promoção e de carreira e com direitos sociais diminuídos ou inexistentes.

Para Leone (2010, p. 9),

A noção de trabalho informal tem passado por variadas tentativas de operacionalização, resultando numa multiplicidade de estudos e interpretações. Embora não exista consenso na definição de informal, entende-se, em geral, que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores que enfrentam desvantagens e problemas em comparação aos trabalhadores com emprego formal (aquele em que existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado, seja através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Estatuto do Servidor Público) e, portanto, são privados de condições básicas ou mínimas de trabalho e proteção social.

Embora o fenômeno do comércio de rua, em especial daquele aqui definido como "ambulante", possa se encaixar em qualquer um dos marcos conceituais anteriores, sendo exemplo acabado e mais visível do que seria o setor informal ou a economia informal ou a informalidade, para os propósitos desta dissertação adotou-se o marco conceitual da economia informal.

A expressão "ambulante" designa trabalhador normalmente auto empregado que vende diretamente ao consumidor (varejo) produtos diversos (normalmente miudezas e mercadorias de mais baixo valor), ou presta serviços (normalmente de alimentação), em vias e logradouros públicos (ruas, calçadas, praças, jardins, etc.), fora de lojas, em postos, fixos ou móveis, ou de forma itinerante levando sua mercadoria junto ao corpo, com ou sem permissão oficial. (PAMPLONA, 2013)

O estabelecimento dos ambulantes em praça pública na cidade de Maringá é permitido (de acordo com a licença da prefeitura), sendo limitado seu número, e sua estrutura física de comercialização deve ser compatível com o logradouro. Tal procedimento acaba por afastar os ambulantes da região central da cidade, tendo em vista que a maioria deles não dispõe de recursos financeiros para montarem uma estrutura conforme especificação da prefeitura. (DE ANGELIS, 2000).

O lado positivo do procedimento acima citado é a iniciativa de manter a cidade "limpa" e, concomitante a isso, promover fonte de renda àqueles que não conseguem colocação no mercado formal.

A atual lei que disciplina os ambulantes na cidade de Maringá data de 2002 – Lei nº 5.855/2002 -, tendo sofrido cinco alterações ao longo do tempo; a primeira em 2007 – Lei 7.605/2007 – a segunda e terceira em 2009 – Lei 8.323/2009 – Lei 8.409/2009 – a quarta em 2013 – Lei 9.604/2013 – a quinta em 2017 – Lei 10.464/2017

– a sexta em 2018 - Lei 10.676/2018 – além de revogarem as Leis nº 2.708/90, 2.742/90, 4.059/96 e 5.133/2000.

O aspecto interessante da Lei nº 5.855/2002, e suas emendas posteriores, é que ela continua mantendo alguns benefícios “reserva de mercado”, ou seja, a expedição do alvará fica condicionado a alguns fatores: a) tempo mínimo de 01 (um) ano de residência no Município de Maringá; b) grau de dificuldade para prover o sustento próprio e de sua família, que será avaliado por meio de levantamento das condições socioeconômicas do interessado, efetuado em sua residência, e de exame dos documentos apresentados; c) condições, tipo e local de sua habitação; d) idade; e) se é portador de deficiência física; f) número de filhos menores em idade escolar; g) grau de instrução escolar; h) se é aposentado e o valor dos respectivos proventos; i) se é viúvo ou viúva. Ficando dessa forma, bem clara, a preocupação que o legislador (vereador) teve em manter a questão social que estava contemplada na primeira legislação sobre esse tema no município de Maringá.

Na Praça Napoleão Moreira da Silva o comércio informal acontece por meio de vendedores de alimentos em carrinhos, principalmente de picolés, guardadores de automóveis (flanelinha) e distribuidores de panfletos do comércio ou de algum prestador de serviço localizados próximos à praça.

2.3.3 A violência

A violência é, cada vez mais, um fenômeno social que atinge governos e populações, tanto global quanto localmente, no público e no privado, estando seu conceito em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência.

Não é simples a tarefa de definir a violência. Conceitos de violências têm sido propostos para falar de muitas práticas, hábitos e disciplinas.

Em que pesem as dificuldades em definir a violência, sendo comum a formulação de conceitos, mais apropriados ao lugar, ao tempo histórico que se examina, a literatura, a seguir apresentada, aponta uma tendência de conceituar a violência de forma mais abrangente do que relacioná-la com atos que imputam danos físicos a pessoas ou grupos de pessoas. (ABRAMOVAY *et al*, 2002). Chauí (1999, p. 3-5), por exemplo, define violência como:

[...] 1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de alguém (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de transgressão contra o que alguém ou uma sociedade define como justo e como direito. Consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e o terror [...]

A violência, como problema social de emergência atual, se constitui de forma múltipla e complexa – tanto em nível das causas, como das formas de manifestação e das alternativas de análise – necessitando de abordagens interdisciplinares (DE ANGELIS, 2000).

Habitualmente, a violência se relaciona com a omissão do Estado e, neste sentido, Ferreira e Penna (2005) consideram que,

A crise do Estado, representada pelo enfraquecimento da autoridade pública, tem um impacto decisivo sobre o padrão de desenvolvimento da urbanização, seja pela omissão e colapso dos serviços públicos de infraestrutura e de segurança, seja pela corrupção e deformação que degrada a função pública (FERREIRA e PENNA, 2005).

A violência nas cidades, particularizando os espaços públicos, tem as praças como espaços susceptíveis, seja pela tímida presença do Estado ou até mesmo a inexistência do mesmo, representado pela não conservação dos seus equipamentos e mobiliário (infraestrutura), bem como, a precariedade do serviço de segurança pública, provocando o distanciamento das pessoas em relação a este logradouro.

A vida nas ruas faz com que as pessoas, cotidianamente, se deparem com uma diversidade de situações que envolvem desafios, como o acesso à alimentação e ao transporte, dificuldades financeiras, vícios e estigma social.

Vieira (2001) discute o debate sobre violência e valores, advogando o resgate da importância da lei, o que se conseguiria mais aproximando texto e contexto, ou seja, o escrito jurídico de normas de convivência, ética quanto ao direito da alteridade, o que resgata o princípio mediterrâneo pelo respeito ao outro, insistindo na reciprocidade – e aí o dever não só dos cidadãos, mas do Estado de respeitar tal lei.

A violência tradicionalmente incorpora ações de natureza criminal, como delinquências, homicídios e roubos e, na atualidade, acrescenta-se a estes o

desrespeito aos direitos humanos tais como: maus-tratos, de natureza sexual, discriminação de raça e de gênero, envolvendo não somente a agressão física, como também situações de humilhação, desrespeito, ameaças e exclusão. (WAISELFISZ, 2000).

Desemprego e violência estão profundamente relacionados com a economia global, pois ultrapassam as fronteiras dos Estados nacionais em direção a uma conjuntura de desemprego crônico, realçando contornos catastróficos para a economia mundial. (DE ANGELIS, 2000).

Na Praça Napoleão Moreira da Silva, conforme observado e informado pelos entrevistados na enquete, a violência se manifesta por meio de furtos e assaltos em grande parte provocados pela população em situação de rua que fazem uso do logradouro e se utilizam dessa prática para satisfazerem suas necessidades em relação ao consumo de drogas. A dependência química é a maior razão dessas pessoas estarem em situação de rua (RODRIGUES, 2018)

Figura 3 – Imagem da tabela: razões para estar em situação de rua

Razões para estar em situação de rua	Ano								Total	
	2015		2016		2017		2018		N. de pessoas	%
	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%	N. de pessoas	%		
Desemprego	25	16,3	23	19,8	47	26,9	65	27,3	160	22,6
Desentendimento com familiares	54	35,3	34	29,3	68	38,9	99	41,4	255	36,2
Violência Familiar	4	2,6	6	5,2	7	4,0	9	3,8	26	3,9
Dependência química	70	46,1	52	44,8	76	43,4	114	47,7	312	45,5
Busca de Liberdade	11	7,2	5	4,3	10	5,7	15	6,3	41	5,9
Opção própria	19	12,4	10	8,6	14	8,0	17	7,1	60	9,0
Decepção	18	11,8	17	13,8	12	6,9	21	8,8	68	10,3
Perda de moradia	9	5,9	4	3,4	15	8,6	28	11,7	56	7,4
Separação	17	11,1	12	10,3	15	8,6	28	11,7	72	10,4
Orientação Sexual	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	0,4	2	0,3
Os pais moravam na rua e já nasceu nela	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	0,4	2	0,3
Abandono na infância	6	3,9	0	0,0	3	1,7	1	0,4	10	1,5
Outro	30	19,7	15	12,9	39	22,4	36	15,1	120	17,5

Fonte: Observatório das Metrópoles – Pesquisa - Pessoas em situação de rua em Maringá – Desconstruindo a Invisibilidade – 2015, 2016, 2017 e 2018

A falta de segurança é um problema presente na Praça, a Guarda Municipal é responsável em manter o local seguro, no entanto sua presença só é notada no período da manhã (09:00) quando permanecem no espaço por um pequeno período de tempo, fato esse observado no momento de aplicação da enquete de opinião e relatos dos entrevistados nesse período.

2.3.4 População em situação de rua

Não é possível falar de população em situação de rua sem mencionar sua principal causa, a pobreza e, nesse sentido, Rocha (2003, p. 9) afirma que “[...] pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. As necessidades da população variam de acordo com a realidade socioeconômicas de cada localidade, dessa forma, também variando as formas de atendimento.

Mesmo sendo uma situação em que se verifica a falta de bens necessários à existência humana, a pobreza não será a mesma em todas as sociedades e em todos os lugares, pois as necessidades básicas de grupos humanos que vivem em um mesmo território ou em territórios distintos não são iguais (PEREIRA, 2008).

A vida nas ruas faz com que as pessoas, cotidianamente, se deparem com uma diversidade de situações que envolvem desafios, como o acesso à alimentação e ao transporte, dificuldades financeiras, vícios e estigma social (CRAWLEY *et al*, 2013). Embora em menor número, a mulher em situação de rua se torna mais vulnerável por viver em um contexto permeado por preconceitos, violência, desigualdade de gênero e de direitos sociais (ROSA; BRETAS, 2015).

Nesse viés, a população em situação de rua e a prostituição são os principais atores. Sobre a experiência de viver em situação de rua, a literatura aponta que esta é perpassada pelo uso das drogas como fator desestruturante na vida dessas pessoas (DONOSO *et al*, 2013). Em relação à mulher, pesquisa norte-americana ressaltou que a experiência das participantes em situação de rua reflete a violência pregressa vivenciada desde a infância - abuso físico e emocional, maus-tratos, exploração financeira, intimidação sexual, estresse ambiental, exposição a subjugação sistemática - que subsiste na realidade social das ruas (LEWINSON *et al.*, 2014).

O censo sobre população em situação de rua foi realizado em 2015, na cidade de São Paulo que registrou 15.905 pessoas nessa condição, número preocupante se comparado aos dados de 2000, cujo quantitativo era de 8.706 pessoas. A pesquisa reafirmou o predomínio do sexo masculino nessa população, perfazendo 82% do total (Prefeitura de São Paulo, 2015).

Uma das características mais marcantes desse fenômeno é a sua contemporaneidade, pois, apesar dos registros que revelam tal situação em quase todas as civilizações que remontam épocas da Antiguidade até os dias atuais, muitas pessoas fazem da rua seu lugar de sobrevivência e moradia. Essa situação é recorrente no cenário social em diversas cidades do Brasil e é reflexo da desigualdade na sociedade (REIS; RIZZOTTI, 2013).

A população em situação de rua utiliza alguns parâmetros para se estabelecer, tais como abrigo das intempéries, privacidade, acesso a equipamentos de consumo coletivo e serviços públicos (MACIEL, 2004) e nesse sentido, a busca por espaços públicos (praças e ruas) com alto fluxo de pedestres e intenso comércio durante o dia e relativa tranquilidade durante a noite, faz com que esses espaços se tornem foco de atração para a população em situação de rua.

O número de pessoas em situação de rua em Maringá em 2018 foi de 139. Esse é um dos dados que integram a análise comparativa da pesquisa “A População em Situação de Rua em Maringá: Desconstruindo a Invisibilidade”. O trabalho coordenado pelo núcleo do Observatório das Metrôpoles da Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi apresentado ao público em reunião no final de novembro de 2018.

O censo da população em situação de rua de Maringá abordou no período entre os anos de 2015 a 2018, um total de 963 (novecentos e sessenta e três) pessoas, sendo que **701** (setecentas e uma) responderam à pesquisa e **262** (duzentas e sessenta e duas) se recusaram responder, sendo estas incluídas no total e identificadas conforme sexo, cor e idade.

Na Praça Napoleão Moreira da Silva dez respondentes foram identificados como população em situação de rua correspondendo a 7,19% do total de pessoas vivendo nesta situação na cidade de Maringá.

Independente das causas, a questão da população em situação de rua é um grande desafio para qualquer gestor público, técnicos e demais profissionais que

atuam diretamente com esse segmento, não só pelas heterogeneidades e singularidades, bem como pelas complexidades presentes em seus perfis e suas trajetórias de vida. Afinal, quem é responsável por aqueles que vivem nas ruas? É dever das três esferas de governo promover políticas públicas para essa população.

2.3.5 A prostituição

A prostituição é uma atividade estigmatizada, proibida em alguns países e em outros tolerada ou regulamentada. Apesar dos problemas que a cercam, é também conhecida como “a profissão mais antiga do mundo”. Considerá-la deste modo supõe, entre outras coisas, certa virtude no seu exercício e um status positivo para essa ocupação (DE ANGELIS, 2000).

Segundo Ribeiro e Mattos (1996), a prostituição em espaços públicos é considerada como geradora de espaços de segregação. A prostituição possui um componente atrelado ao espaço, construindo, destruindo e reconstruindo territórios, pela apropriação de espaços públicos, em especial a praça, foco deste estudo.

A prostituição despertou interesse da Geografia, por meio de estudos como o de Mattos e Ribeiro (1996), De Angelis (2000), Campos (2000), Silva (2000), Alcântara (2009) e Ribeiro e Oliveira (2011). Em função desta visibilidade na academia, a prostituição de rua inseriu elementos para pensar as territorialidades das pessoas envolvidas. Corroborando, Souza (1995, 2013) enfatiza a importância da aplicação do conceito de território em suas variadas situações e escalas, sobretudo àquelas relacionadas ao cotidiano.

Rogério Haesbaert, Geógrafo, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, onde dirige o Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização na obra “O mito da desterritorialização” de 2004, trata da amplitude do conceito de território e diz que “Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, tem uma certa tradição em outras áreas [...]”. (HAESBAERT, 2004, p. 37). Sabe-se que o conceito de território é amplo abarcando diversas ciências do conhecimento.

Para Gomes (2006), o território é o “palco” das relações de poder, ou seja, parcela do terreno utilizada para o exercício do controle sobre outras pessoas,

normatizando usos, atitudes e comportamentos sobre o espaço. Já a territorialidade é, segundo (GOMES, 2006, p. 13) o “[...] conjunto de estratégias, de ações, utilizadas para estabelecer este poder e reforça-lo”

Outros territórios urbanos são demarcados por limites simbólicos, como posturas, formas de condutas, vestimenta, e até mesmo formas de comunicação oral. O limite da atuação territorial, pode ser, então, um limite cultural, comportamental, social, em que a pessoa “diferente” não pode usufruir do mesmo espaço por não “pertencer” a ele (FERNANDES, 2012).

Silva (2011), destaca que outros territórios urbanos são bem mais demarcados, porém excluídos. Como exemplo: [...] “os territórios da prostituição são defendidos pelos profissionais do sexo (prostitutas, michês e travestis) ao mesmo tempo que segregados por outros grupos”

Para Mattos e Ribeiro (1996), a prostituição por meio do indivíduo ou por um grupo de pessoas pode criar um território no espaço público (ruas, praças e parques) por um determinado período de tempo, mas ressaltam que para estes territórios continuarem existindo, é necessário que haja empenho para sua manutenção.

A concentração e vivência pelos seus atores (michês, travestis e prostitutas, assim como clientes), bem como pelas relações sociais de comunicação que no espaço se estabelecem é o que torna possível a caracterização do território.

A prostituição se manifesta ao sul da Praça Napoleão Moreira da Silva (Basílio Sautchuk) e ao norte (Avenida Brasil), geralmente fora do ambiente da praça, num quantitativo pouco expressivo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os dados e resultado da pesquisa. Os resultados serão apresentados em itens, onde cada qual corresponde aos dados obtidos com a aplicação da metodologia descrita no capítulo 2.

3.1 AVALIAÇÃO QUALIQUANTITATIVA DOS EQUIPAMENTOS DA PRAÇA NAPOLEÃO MOREIRA DA SILVA EM MARINGÁ

Este item cumpre o segundo objetivo específico (avaliar quali quantitativamente as estruturas e mobiliário), exposto no capítulo 1, item 1.3.2 e apresenta os resultados obtidos com a aplicação do método proposto por De Angelis (2000), apresentado no capítulo 2. Os levantamentos e avaliações foram realizados entre agosto e setembro de 2018.

Os resultados apresentados demonstraram o atual estado geral de conservação e manutenção do logradouro. Os equipamentos presentes na praça e quantidade encontrada estão descritos abaixo (Quadro 4):

Quadro 4 - Levantamento dos equipamentos da Praça

Equipamentos/estruturas	Quantidade
Lixeiras	39
Iluminação rebaixada	32
Bancos	20
Caminhos	6
Estacionamento	3
Quiosque	2
Banca de revista	2
Parque infantil (API)	1
Academia da terceira idade (ATI)	1
Busto	1
Ponto de água	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

A avaliação qualitativa (Quadro 5) pontua os mobiliários e estruturas, além de outros aspectos como vegetação, paisagismo, localização da praça, conservação e limpeza, segurança e conforto ambiental. Por meio da avaliação a praça recebeu a nota 2,5, obtendo o conceito bom.

Quadro 5 - Avaliação da qualidade dos equipamentos

Estrutura avaliada	Nota
Banca de revista	3,5
Bancos	3,0
Traçado dos caminhos	3,0
Monumento (busto)	3,0
Ponto de taxi	3,0
Parque infantil (API)	3,0
Academia da terceira idade (ATI)	3,0
Paisagismo	3,0
Localização	3,0
Quiosque	3,0
Vegetação	3,0
Conforto ambiental	3,0
Estacionamento	1,5
Lixeiras	2,5
Conservação/limpeza	1,5
Iluminação baixa	1,5
Segurança	1,5
Ponto de água	0,5
NOTA MÉDIA	2,5

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

3.2 DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS ENCONTRADOS NA PRAÇA

Neste item será realizada uma breve revisão e/ou descrição dos equipamentos e mobiliários presentes na Praça Napoleão Moreira da Silva, sobretudo levando em consideração suas funcionalidades e suas contribuições na praça onde estão inseridos

Diferentemente da forma como se vê a existência do equipamento e mobiliário urbano, isolado no espaço público, ele deve estar inserido em um contexto mais amplo, que é o da cidade como um todo, e não ser apenas um elemento de decoração.

Bancos

Ao se pensar em uma praça, surge como uma das primeiras associações de ideias o descanso, o sentar-se, o conversar, contemplar ou, simplesmente, tomar sol. Podem-se entender os assentos públicos - seu tipo, uso e desenho - como uma clara indicação do grau de cultura cívica e do bem-estar e comodidade que a cidade oferece a seus cidadãos. Genericamente, a inserção dos bancos nas praças de Maringá segue padrões universais: com ou sem encosto e confeccionados de madeira, ferro, concreto ou alvenaria, isoladamente, ou associando-se mais de um desses materiais. Fora desse universo as variações são mínimas e de importância menor (DE ANGELIS; ANGELIS NETO, 2000).

Os bancos encontrados na praça são confeccionados em concreto adaptado sobre mureta (muro de contenção), “serpenteados” e em concreto, todos eles recuados em relação aos espaços de circulação e em sua maioria sombreados. Por terem cumprido a maioria dos parâmetros de qualidade da metodologia, receberam conceito ótimo. Na Praça Napoleão Moreira da Silva é possível encontrar três tipos de bancos: os serpenteados como demonstrado na (Figura 4), os bancos sem encosto (Figura 5), e os bancos adaptados sobre muretas na (Figura 6).

Figura 4: Bancos serpenteados da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Figura 5: Banco em concreto sem encosto da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Figura 6: Banco adaptado sobre mureta de contenção da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Luminárias

Há não muito tempo é que se descobriu o “poder mágico” da luz para definir o espaço. Luminárias iluminam edifícios circundantes às praças com focos de luz direcionados, fazendo com que o perímetro dessas seja realçado e melhor delimitado. As árvores, o pavimento e o resto do mobiliário passou a ser compreendidos em outra dimensão, de acordo com a qualidade da luz. O esmero na criação não reside somente na luminária, mas também no desenho do poste que a sustenta, pois é sabido que durante o dia essa estrutura é um elemento a mais a ser contemplado, o que permite melhorar qualitativamente o cenário urbano (DE ANGELIS; ANGELIS NETO, 2000).

Insuficientes na iluminação de todo o logradouro, por conta da baixa luminosidade das lâmpadas, as luminárias (Figura 7) obtiveram conceito regular por atenderem parcialmente sua função precípua (manutenção da segurança, embelezamento, uso pelos frequentadores no período noturno e valorização do logradouro).

Figura 7: Luminária rebaixada da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O Autor (2019)

Lixeiras

Este equipamento auxilia na melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois o excesso de resíduos nas ruas da cidade é um dos principais responsáveis por danos à saúde pública, através da proliferação de vetores e do entupimento de bueiros causando possíveis enchentes, além de outros problemas, como por exemplo, no turismo local, pois uma cidade suja não serve como atração para os turistas. (LOUZADA *et al*, 2004).

Apesar de possuírem todas as funções citadas acima, nem sempre as lixeiras estão adequadas à demanda do local onde estão instaladas. Muitas vezes elas estão mal dimensionadas, apresentam um projeto falho ou pouco funcional, estão instaladas de forma equivocada no meio urbano, prejudicando a circulação de pessoas e a própria coleta de lixo.

Essenciais para manter requisitos mínimos de higiene no espaço público as lixeiras (Figura 8) não possuem sacos plásticos, não são preparadas para a coleta seletiva do lixo e são confeccionadas por telas de metal com orifícios que permitem a saída do lixo de pequena dimensão. Por conta desses fatores recebeu o conceito bom.

Figura 8: Lixeira na Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Piso

O uso de diferentes tipos de piso está ligado às práticas urbanizadoras particulares de cada cidade. Determinadas cidades padronizam o piso a ser utilizado, enquanto outras não têm preocupação com essa normatização.

Mascaró (1987) classifica os pisos em três grupos: lisos (concreto de cimento alisado, granito polido), semi-rugoso (lajotas, tijolos, blockret, ladrilho hidráulico) e rugoso (paralelepípedo, pedra, grama).

Construídos em concreto liso e em pisos (Figura 9) de concreto, com manutenção deficiente (Figura 10) em alguns pontos do logradouro, podendo provocar acidentes, principalmente por frequentadores idosos ao tentarem desviar das falhas no piso. Nesse sentido foi classificado com o conceito regular.

Sendo a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida um desafio nas esferas públicas, é importante que os pisos táteis sejam incluídos em todos os locais públicos ou privados de uso coletivo.

E essas adaptações em locais públicos se tornam claramente necessárias quando se compreende que as atividades realizadas em ambientes naturais, como exercícios físicos, recreação e observação da natureza propiciam uma riqueza de

estímulos visuais, sonoros, olfativos, táteis e sisnestésicos, além de permitirem ao deficiente visual ultrapassar seus limites, aumentar sua autoestima e proporcionar maior socialização. A Praça Napoleão Moreira da Silva não apresenta piso tátil em sua estrutura.

Figura 9: Piso da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Figura 10: Piso com manutenção deficiente da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Ponto de água

Segundo Baratto (2013, p. 1),

O mobiliário urbano cumpre funções tão importantes nos espaços públicos das cidades que sua ausência é imediatamente percebida pelas pessoas. Na verdade, sua ausência pode transformar uma visita a um lugar em uma experiência incômoda, muitas vezes fazendo com que não tenhamos vontade de voltar.

Apesar de ter a função na manutenção da praça e irrigação, o ponto de água (Figura 11) é usado como bebedouro por parcela significativa dos frequentadores, principalmente por aqueles mais assíduos. A proximidade de pombos junto ao ponto de água torna o equipamento um potencial vetor de doenças. Todos os fatores apresentados fizeram com que o conceito obtido fosse péssimo.

Figura 11: Ponto de água da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

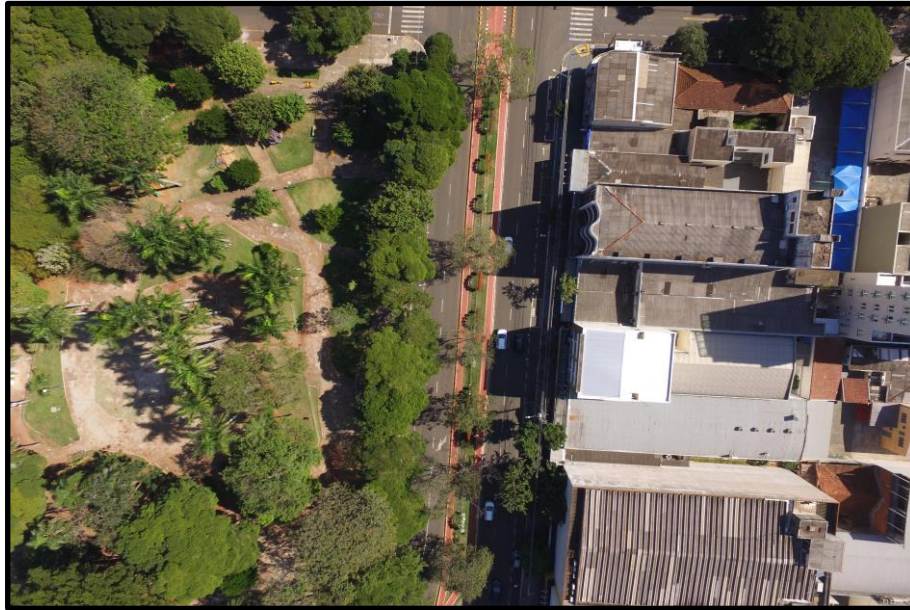
Traçado dos caminhos

Segundo DE Angelis *et al* (2005, p. 634)

É questionável a não-existência de piso e/ou caminhos calçados em uma praça, mesmo que o elemento de destaque seja um extenso gramado. Sua presença, pelo menos no perímetro externo, é de fundamental importância, uma vez que esse expediente facilita a circulação das pessoas em dias de chuva, sem a necessidade de transitar pela grama molhada ou pela via pública.

Recebeu conceito ótimo por possibilitar um caminho ao redor do perímetro da praça (reto) mais rápido para quem está de passagem, ou um caminho (Figura 12) mais longo e contemplativo (sinuoso) para quem vai visitar o logradouro.

Figura 12: Traçado dos caminhos da Praça Napoleão Moreira da Silva



a) Vista aérea parcial do traçado dos caminhos da Praça Napoleão Moreira da Silva



b) Vista aérea parcial dos caminhos da Praça Napoleão Moreira da Silva

Fonte: O autor (2019)

Monumento

Busto (Figura 13) do pioneiro que dá nome a praça em bom estado de conservação com uma espécie de dedicatória da cidade (Maringá) para a referida personalidade. Obteve conceito ótimo.

Figura 13: Busto do ex-vereador Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Ponto de taxi

Classificado como ótimo, com dois pontos (Figura 14) (Rua Basílio Sautichuk e Avenida Duque de Caxias) com vagas destinadas aos taxis em ambiente com abrigo para os passageiros.

Estacionamento

O estacionamento (Figura 15) foi considerado regular por não atender a demanda das pessoas daquela região (área central), e apesar de estar presente em quase todo o entorno da praça (exceto na Avenida Duque de Caxias e parcialmente na Basílio Sautichuk), apresenta pontos sem sombreamento.

Figura 14: Ponto de taxi da Praça napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Figura 15: Estacionamento no entorno da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Parque infantil

O parque infantil ou Academia da Primeira Idade (API) (Figura 16) é composta por um conjunto de oito brinquedos, com designer moderno, que contam com uma dinâmica diferente, porém semelhante a um parque infantil, com escorregador,

escalador, gangorra e outros equipamentos que visam estimular a atividade motora da criança. A ideia é unir exercício e lazer, despertando na criança o prazer pela atividade física ainda na infância. Mesmo não sendo cercado, recebeu conceito ótimo pelo excelente estado de conservação e variedade de cores.

Figura 16: Academia da primeira Idade (parque infantil)



Fonte: O autor (2019)

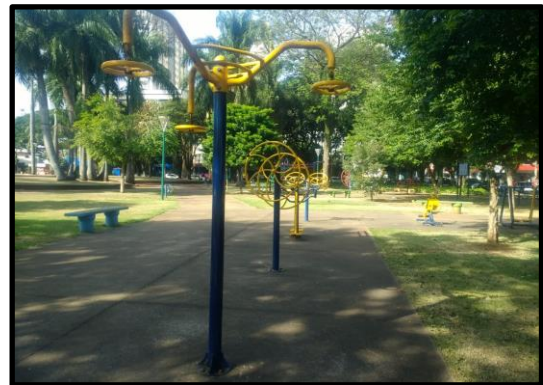
Academia da terceira idade

Se tornaram referência em saúde, bem-estar e qualidade de vida, para quem está acima dos sessenta anos de idade. Formada (Figura 17) por um conjunto de dez aparelhos que conta com funções projetadas especialmente para uso de pessoas da terceira idade, estimulam a prática regular e contínua de atividades físicas. Avaliada com o conceito ótimo pelo bom estado de conservação.

Figura 17: Academia da terceira idade



a) Placa informativa sobre alongamento



b) Aparelho para os membros superiores



c) Aparelho para os membros inferiores



d) Aparelho para os membros superiores e inferiores

Fonte: O autor (2019)

Localização

Considerou-se a sua centralidade em relação a cidade, proximidade do logradouro em relação as áreas residenciais, comerciais e a facilidade de acesso. Recebendo ótimo no conceito.

Conservação e limpeza

O descarte irregular de lixo nas ruas, além de trazer riscos à saúde da população com a proliferação de insetos, possíveis vetores de doenças, em época de chuva pode causar alagamentos devido ao entupimento de galerias pluviais e transbordamento de canais.

Pouco conservada (Figura 18), suja, piso com falhas, poste de iluminação quebrado e apesar da prefeitura promover com certa frequência a limpeza do logradouro, recebeu conceito regular.

Figura: 18 Vista parcial do estado de conservação da Praça Napoleão Moreira da Silva



Fonte: O autor (2019)

Quiosque de alimentação

A praça conta com dois quiosques (Figura 19) para alimentação, um próximo da esquina das Avenidas Duque de Caxias e Brasil e a outra próxima da Rua Santos Dumont, ambas em bom estado de conservação, recebendo o conceito ótimo.

Figura 19: Quiosque de alimentação



Fonte: O autor (2019)

Banca de revista

As duas bancas (Figura 20) apresentadas na sequência em que aparecem nas fotografias, receberam conceito ótimo por estarem em áreas periféricas próximas as duas avenidas (Brasil e Duque de Caxias) que circundam a praça, com design e estética compatível com o logradouro e pelo bom estado de conservação que ambas apresentaram.

Figura 20: Bancas de revista



a) Banca de revista localizada próxima a Avenida Brasil



b) Banca de revista localizada próxima a Avenida Duque de Caxias

Fonte: O autor (2019)

Conforto ambiental

Apesar de estar localizada na parte central da cidade, a praça se apresenta como um local tranquilo, bem sombreado, ventilado e com o visual agradável e ameno. Conceituada em ótimo.

Paisagismo / Vegetação

A existência de uma paisagem urbana de qualidade permite uma relação cada vez mais harmônica entre o homem e a natureza, além de contribuir com o bem-estar da sociedade e contribuir com a redução de danos ambientais como a poluição e as altas temperaturas. Em relação aos ruídos, provocados especialmente pelo tráfego, a vegetação, dependendo da altura e do desempenho enquanto barreira vegetal, pode auxiliar na redução desses sons tipicamente urbanos. Os benefícios do paisagismo na paisagem urbana são inúmeros e atendem diferentes âmbitos como o ambiental, o social e até o econômico (LIRA FILHO, 2012).

Classificado com conceito ótimo por ser um ambiente rico em estética e criatividade com alternâncias entre áreas pavimentadas e ajardinadas, sequência na distribuição das espécies vegetais (inserção do “verde” no conjunto) nativas e exóticas, além de reduzirem o ruído da cidade no interior da praça.

As espécies vegetais também apresentam certa eficiência na retenção de poeira, na dispersão do ar contaminado e em menor proporção na absorção de parte dos poluentes, o que indica que as áreas verdes amenizam a poluição do ar. (LIRA FILHO, 2012; SANTOS; TEIXEIRA, 2001).

Quanto à vegetação (Figura 21) constatamos que tanto as espécies exóticas como as nativas estão presentes, predominando as espécies arbóreas (80%), com apenas (20%) de arbustivas. Dentre as espécies se destacam (Quadro 6): *Tabebuia avellanedae* (ipê-roxo), *Caesalpinia peltophoroides* (sibipirunas), *Roystonea oleracea* (palmeiras imperiais). Quanto à cobertura do solo, cerca de 50% possuem calçamento ou construções, 40% forrações e 10% da área apresentam solo nu. Por atenderem as funções precípuas. Obteve conceito ótimo.

Figura 21: Vegetação presente na Praça



Fonte: O autor (2019)

Quadro 6 - Vegetação presente na Praça Napoleão Moreira da Silva

Família	Nome científico	Nome Vulgar	Status		Quantidade	%
			N	E		
Caesalpiniaceae	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	Sibipiruna	•		48	32,66
Palmae	<i>Roystonea oleracea</i>	Palmeira Imperial		•	42	28,58
<u>Bignoniaceae</u>	<i>Tabebuia avellanedae</i>	Ipê-Roxo	•		13	8,84
<u>Melastomataceae</u>	<i>Tibouchina granulosa</i>	Quaresmeira	•		10	6,8
Caesalpiniaceae	<i>Caesalpinia echinata</i>	Pau-Brasil	•		6	4,08
Caesalpiniaceae	<i>Caesalpinia leiostachya</i>	Pau-Ferro	•		5	3,4
Caesalpiniaceae	<i>Holocalyx balansae</i>	Alecrim de campinas	•		5	3,4
<u>Fabaceae</u>	<i>Pterocarpus violaceus</i>	Aldrigo	•		4	2,72
Myrtaceae	<i>Callistemon viminalis</i>	Bucha-de-copo		•	4	2,72
Febaceae	<i>Myrocarpus peruiferum</i>	Cabreúva	•		4	2,72
Lauraceae	<i>Nectandra megapotamica</i>	Canelinha	•		2	1,36
Moraceae	<i>Ficus benjamina</i>	Ficus		•	2	1,36
Febaceae	<i>Delonix regia</i>	Flamboyant		•	1	0,68
Febaceae	<i>Tipuana tipu</i>	Tipuana		•	1	0,68

N = nativa

E = exótica

Fonte: Lorenzi (2002; 2003; 2008)

3.3 PERFIL DOS USUÁRIOS E ENQUETE DE OPINIÃO

Este item apresenta os resultados obtidos com a aplicação da enquete de opinião, realizada nos períodos de abril (outono) e outubro (primavera) de 2019. Para a realização da enquete de opinião que foi aplicada três dias por semana (terça, quinta e sábado) nos três turnos, utilizando os seguintes horários: manhã (07:00 às 9:00), tarde (15:00 às 17:00) nos dias da semana, e aos sábados nos períodos matutino (07:00 às 9:00) e noturno (20:00 às 21:00).

A idade mínima parametrizada para respondente foi de 15 anos, a enquete foi realizada com usuários e passantes pela praça, também foram inseridas pessoas foras da praça apenas no período noturno.

O terceiro objetivo específico da pesquisa (avaliar a importância do logradouro para a população, por meio de enquete de opinião) foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de opinião. A enquete de opinião objetiva identificar os seguintes aspectos: a frequência que a pessoa utiliza a praça, os dias e horários de frequência; qual o tempo de permanência na praça; quais os motivos que o levam a frequentar a praça; qual a opinião sobre a praça e os equipamentos presentes nela; e qual é a relação entre o usuário e a praça.

Será realizado a análise dos resultados na ordem em que foram feitas as perguntas, ou seja, da primeira à décima oitava, e os cruzamentos serão intercalados sempre que necessário.

A menor idade registrada foi de 15 anos e a maior foi 82 anos, com média de 34,5 anos de idade. A maior parte dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva tem entre 50 e 59 anos (Tabela 1). A porcentagem mais expressiva de usuários está na faixa etária de 20 a 59 anos (82,60%), apresentando-se como uma população economicamente ativa. A faixa etária dos idosos, ou seja, acima de 60 anos, corresponde a 13,4%; este dado pode indicar que a praça não está adaptada para as necessidades dos idosos. A faixa etária das crianças não foi abrangida na enquete de opinião.

De acordo com o gênero, a maior parte dos usuários são homens (67,31%), enquanto as mulheres representam (32,69%). Apesar dos homens se mostrarem

menos propensos a responderem o formulário, a maior frequência deles na praça possibilitou sua maior porcentagem.

Tabela 1 – Distribuição por faixas etárias da amostra

FAIXAS ETÁRIAS	AMOSTRA (%)
15 A 19 anos	3,84
20 A 29 anos	19,23
30 a 39 anos	17,30
40 a 49 anos	19,23
50 a 59 anos	26,94
+ 60 anos	13,46
TOTAL	100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019).

Segundo o grau de instrução (Tabela 2), a maior frequência de usuários se deu entre as pessoas com ensino médio completo (42,30%), seguido das pessoas com ensino fundamental incompleto (23,07%). A menor frequência de usuários são aqueles não alfabetizados (1,92%). Entretanto, deve-se considerar que a enquete de opinião abrange apenas os usuários a partir de 15 anos, o que justifica a baixa porcentagem de indivíduos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

Quanto ao nível socioeconômico (Tabela 3), constatou-se um desconforto dos usuários em expor a informação sobre a renda familiar. A maior parte dos usuários da praça apresenta uma renda familiar média de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos³ (51,92%), e decresce quanto mais alta é a renda.

³ Salário mínimo do Brasil vigente a partir de janeiro de 2019, com valor igual a R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais)

Tabela 2 – Amostra dos usuários da praça por grau de instrução

GRAU DE INSTRUÇÃO	AMOSTRA (%)
Não alfabetizado	1,92
Ensino fundamental incompleto	23,07
Ensino fundamental completo	9,61
Ensino médio incompleto	9,61
Ensino médio completo	42,30
Ensino superior incompleto	3,84
Ensino superior completo	5,76
Pós-graduados	3,84
TOTAL	100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019).

Tabela 3 – Amostra dos usuários da praça por renda familiar

RENDA FAMILIAR MÉDIA (em salários mínimos)	AMOSTRA (%)
Sem renda	3,84
1 3	51,92
3 6	30,78
6 9	5,78
9 12	1,92
≥ 15	1,92
Não soube responder	3,84
TOTAL	100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019).

Com relação à atividade ocupacional (Tabela 4), a maior parte dos usuários da praça trabalha (61,53%), o que condiz com a maior faixa etária obtida. Dentre os usuários que trabalham, (76,92%) trabalham até 40 horas semanais, e (23,07%) trabalham mais de 40 horas semanais.

Tabela 4 – Atividade ocupacional

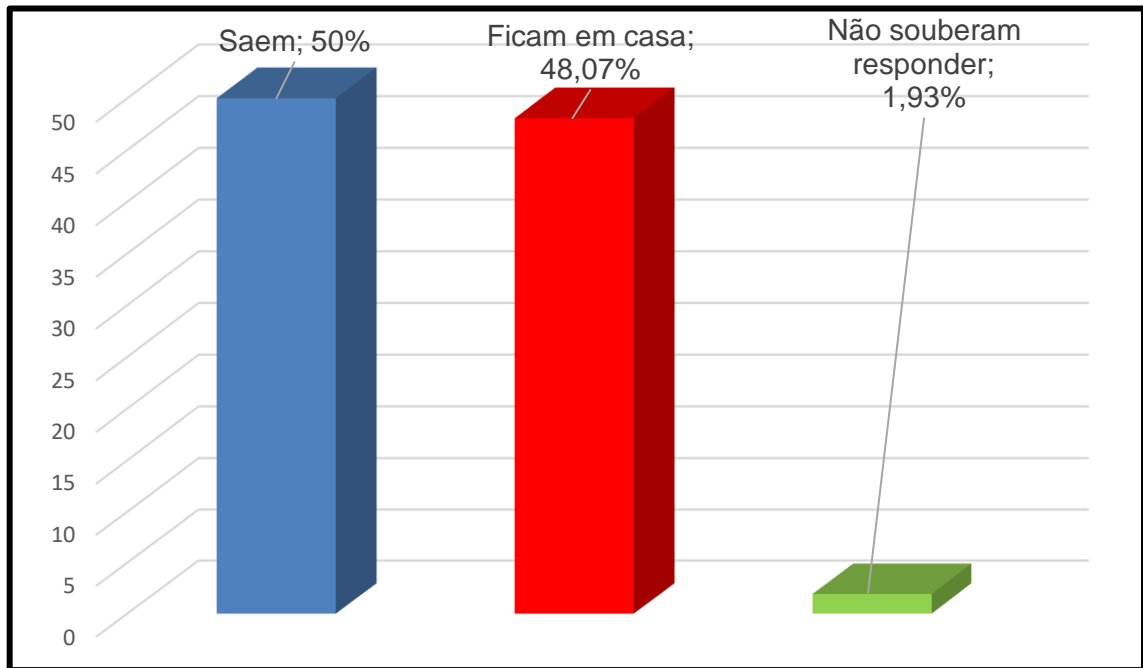
ATIVIDADE OCUPACIONAL	AMOSTRA (%)
Trabalhador	61,53
Do lar	5,76
Estudante	3,87
Desempregado(a)	21,15
Aposentado(a)	7,69
TOTAL	100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019)

Em relação as horas dedicadas ao lazer por semana, a maioria dos frequentadores (19,23%) não souberam responder, (11,53%) para os que dedicam cinco horas por semana, acompanhados dos que dedicam oito ou vinte horas (9,61%), na sequência aparece duas horas com (7,58%), com uma hora, três horas, quatro horas, seis horas ou dez horas (5,8%) cada grupo, os que dedicam quinze ou vinte horas o percentual de cada grupo é de (3,84%), e finalizando com nove, trinta ou quarenta e oito horas o percentual para cada grupo foi de (1,93%). Esses dados indicam que a maioria dos usuários da praça tem rotina direcionada mais ao trabalho, havendo pouco tempo para o lazer.

Questionados em relação ao que fazem nos dias de folga (Gráfico 1), os frequentadores responderam: (50,00%) saem a maior parte das vezes, (48,07%) informaram ficar em casa e (1,93%) não souberam responder. Metade dos entrevistados sai nos dias de folga para alguma atividade de lazer e praticamente a outra metade permanece em casa.

Gráfico 1 - O que fazem nos dias de folga

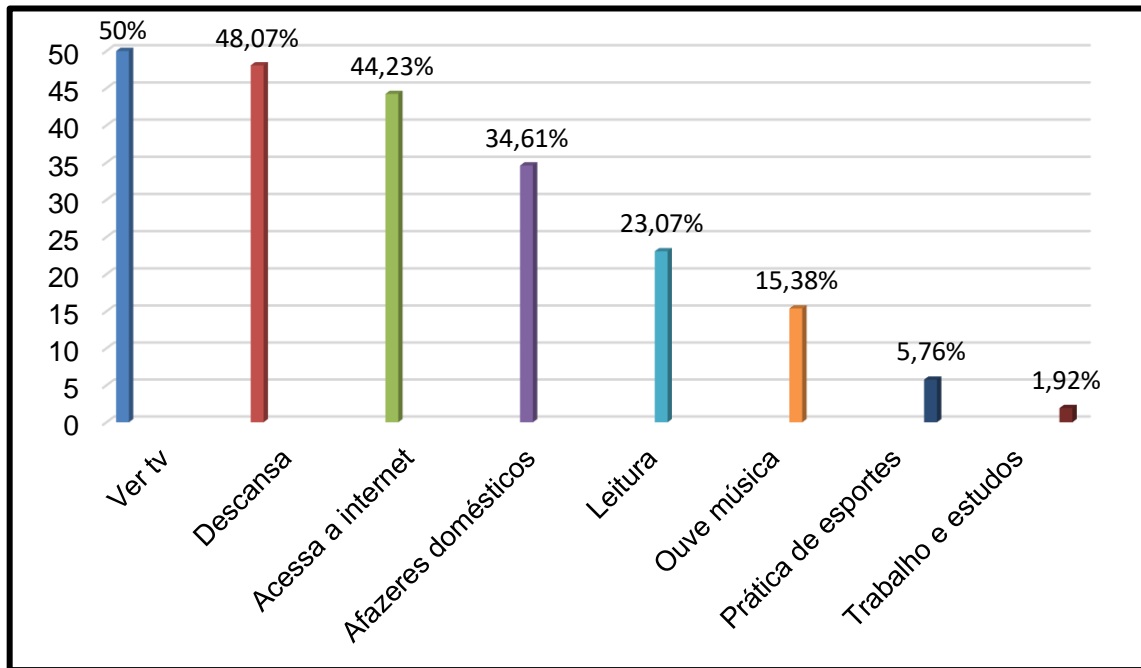


Fonte: O autor (2020)

Ao questionamento do que fazem quando ficam em casa (até 3) (Gráfico 2), tivemos, em ordem decrescente de escolha, os seguintes: vê tv (50,00%), descansa apenas (48,07%), acessa a internet (44,23%), afazeres domésticos (34,61%), lê (23,07%), ouve música (15,38%), outros (9,61%), prática de esportes (5,76%) e trabalho e estudos com (1,92%). Associados ao lazer e ao entretenimento, vê tv e acessar a internet obtiveram a maior porcentagem. Estes dados revelam a mudança no estilo de vida da população provocados pelas novas tecnologias e a velocidade da informação, distanciando as pessoas da dimensão comunitária, aproximando-as do privado na sua dimensão familiar ou ao seu isolamento individual (DE ANGELIS *et al.*, 2005)

Os dados sugerem a preferência dos entrevistados ao ficar em casa por formas de entretenimento que envolvam menos gastos, desta forma a televisão, o descanso e a internet se enquadrariam como opções mais acessíveis e de baixo custo.

Gráfico 2 - O que fazem quando ficam em casa (até três opções)



Fonte: O autor (2020)

Em relação aos lugares (Gráfico 3) (até 3) que o entrevistado costuma ir nos seus dias de folga, o resultado foi: a casa de parentes tem a maior parcela (57,69%), (66,66%) são do sexo masculino contra (33,33%) do sexo feminino. Em segundo lugar aparece o shopping com (34,61%), nesse caso mulheres e homens aparecem com (50,00%) cada. Outras opções de lazer junto com as lanchonetes e pizzarias com (26,92%), a praça surge na quarta colocação com (21,15%), em seguida empatados com (11,53%) temos os barzinhos, pesqueiro e zona rural e por último com (3,63%) a sorveteria.

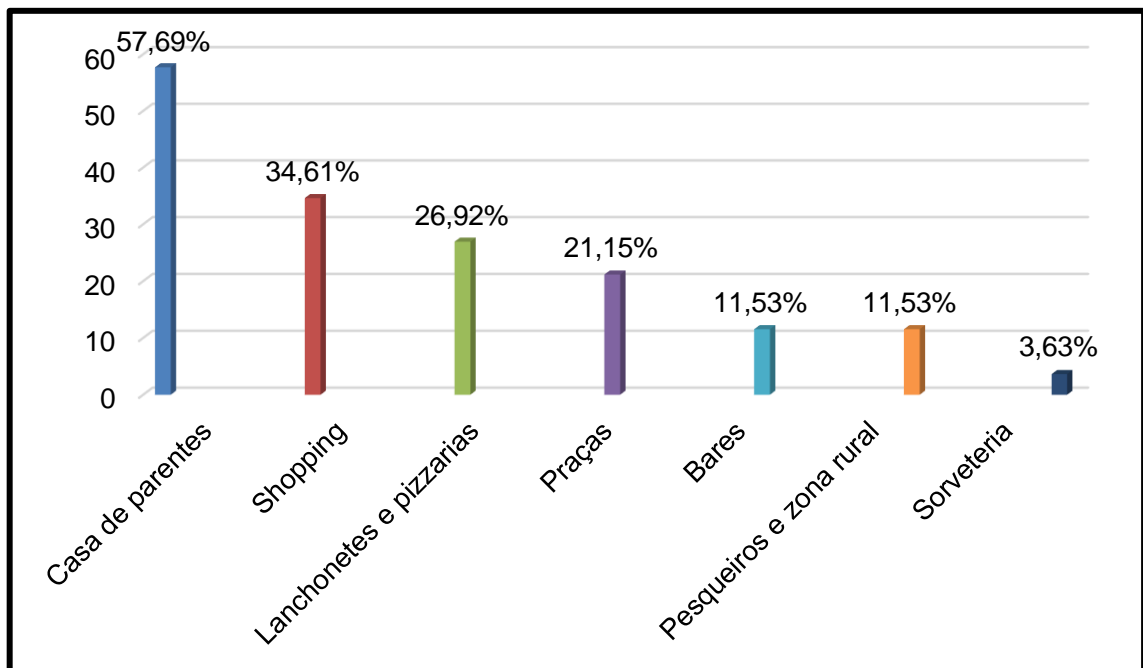
A ida à casa de parentes e/ou amigos é uma característica cultural ainda presente nas cidades do interior. Mesmo uma cidade do porte de Maringá com diversas opções de lazer, essa característica ainda se mantém presente.

Frequentar o shopping center está entre as grandes necessidades do homem da atualidade, não havendo fator limitante para nenhuma classe social, já que seu acesso é gratuito. YÁZIGI (1997, p. 312) diz: “Não se pode perder de vista que desfilar pelos shoppings é grátis e, o fato de ninguém saber se a pessoa chegou de carro ou a pé, confere-lhe, em condições normais, tratamento não discriminativo, mais

democrático”. Nesse sentido foi o segundo lugar mais frequentado pelos entrevistados.

A praças ocuparam o quarto lugar na opinião dos usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva, com (63,63%) de frequentadores do sexo masculino e (36,37%) do sexo feminino.

Gráfico 3 - Lugares em que costuma ir nos dias de folga (até três opções)

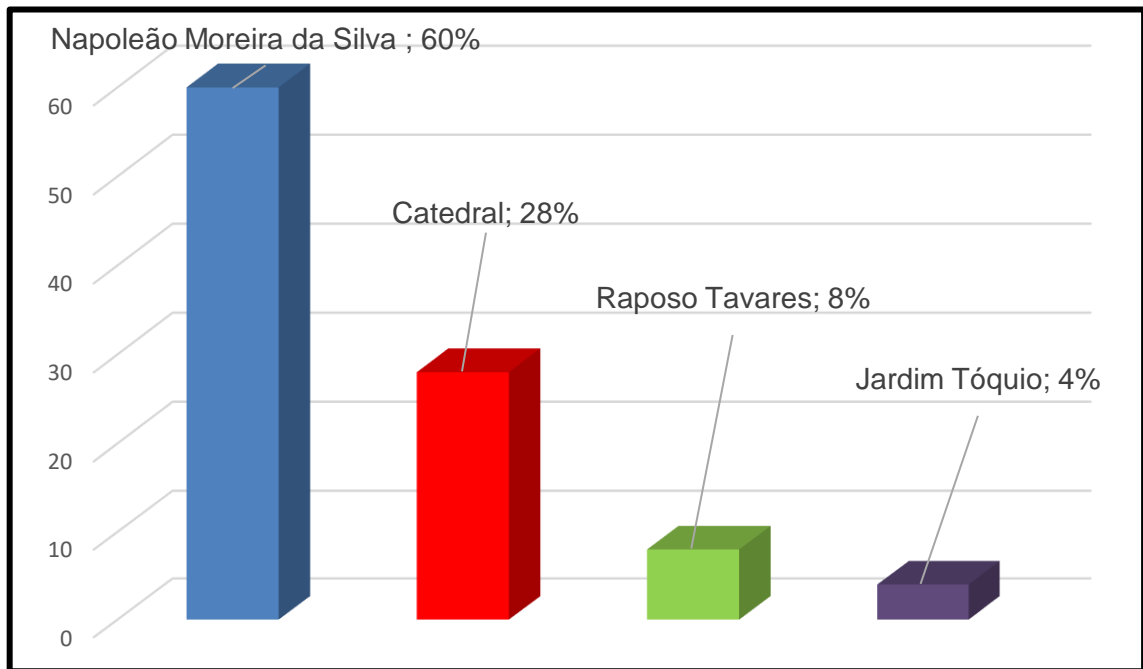


Fonte: O autor (2020)

Perguntados sobre se frequentam alguma praça na cidade: (51,92%) informaram que não e (48,08%) responderam que sim. Para os que responderam sim, ainda era perguntado qual praça ou praças frequentavam (Gráfico 4), e as respostas foram: (60%) afirmaram frequentar a Praça Napoleão Moreira da Silva, (28%) frequentam a Praça da Catedral, (8%) informaram a Praça Raposo Tavares e (4%) mencionaram o Jardim Tóquio.

Os dados indicam a Praça Napoleão Moreira da Silva como a praça mais frequentada, no entanto essa frequência ocorre em sua maioria por trabalhadores que utilizam o espaço como passagem para o local de trabalho.

Gráfico 4 – Praças frequentadas

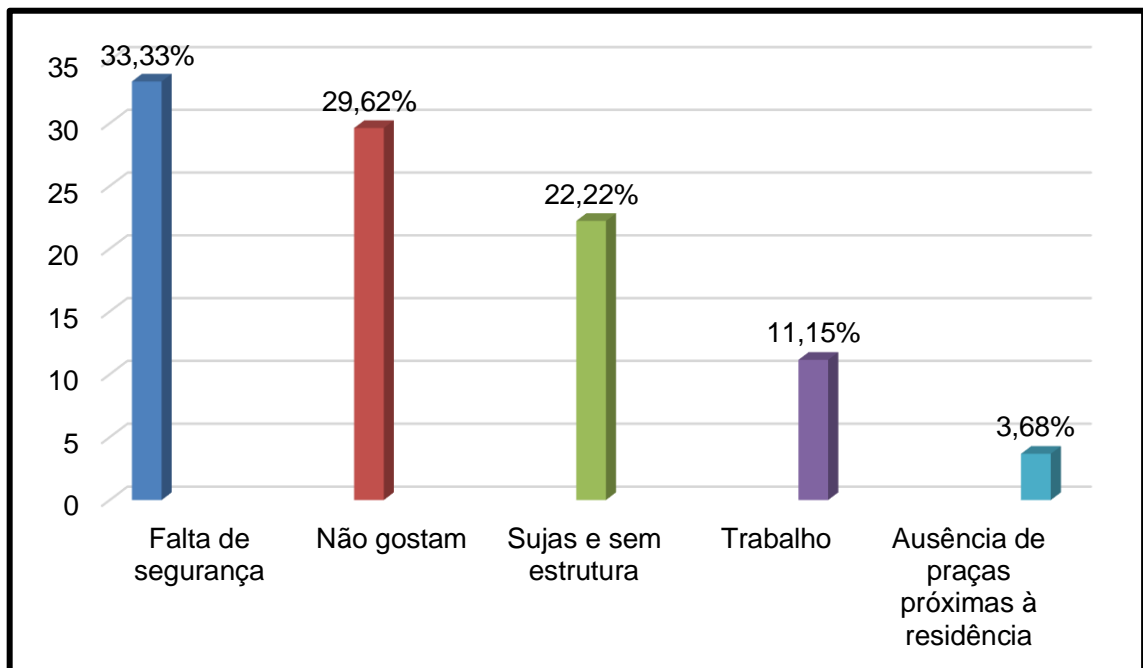


Fonte: O autor (2020)

Aos que responderam não frequentar praça alguma, era perguntado o motivo ou motivos por não frequentarem (Gráfico 5), obtendo como resultado: (33,33%) relataram a falta de segurança, (29,62%) mencionaram não gostar, (22,22%) afirmaram que as praças da cidade são sujas e sem estrutura, (11,15%) informaram o trabalho, (3,68%) responderam não haver praça próximo ao local de residência e automaticamente não eram indagados sobre as questões 12 a 17, sendo entrevistados somente sobre a 18.

Estes dados colaboram com a primeira hipótese desta pesquisa ao demonstrar que a Praça Napoleão Moreira da Silva é susceptível à violência fatos provocados pela ausência do poder público e, por consequência, o distanciamento dos frequentadores. Esses motivos acabam por tornar a função social (convivência, local do encontro) do espaço algo pouco atraente e desinteressante, reduzindo o quantitativo de pessoas na busca de tais espaços.

Gráfico 5 – Motivos para não frequentarem a praça.

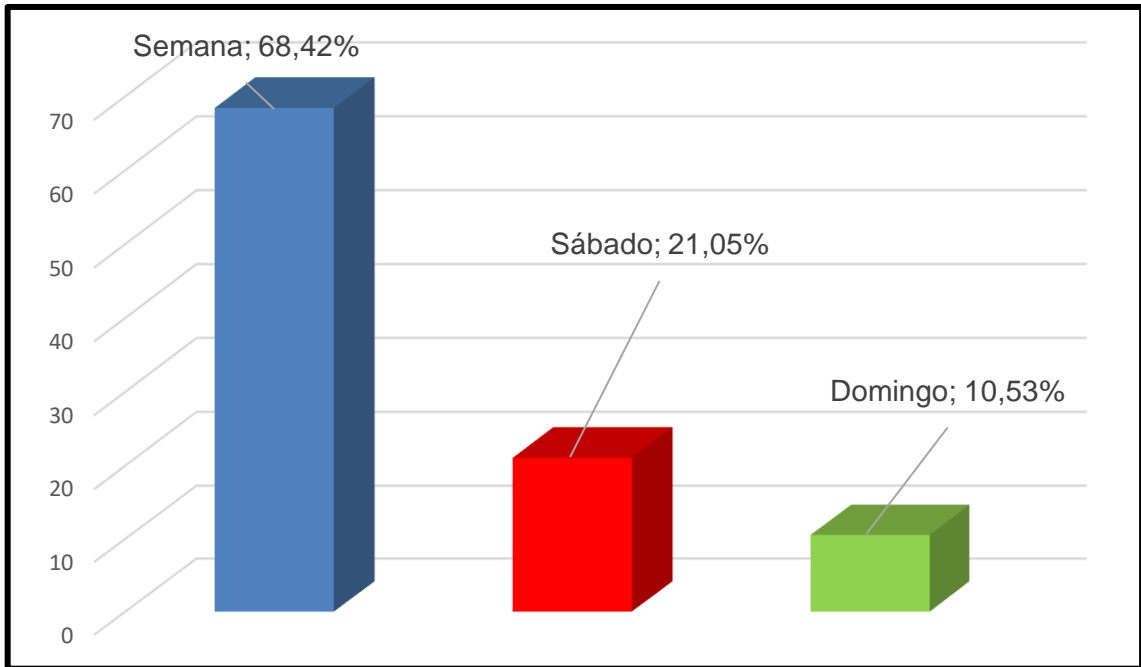


Fonte: O autor (2020)

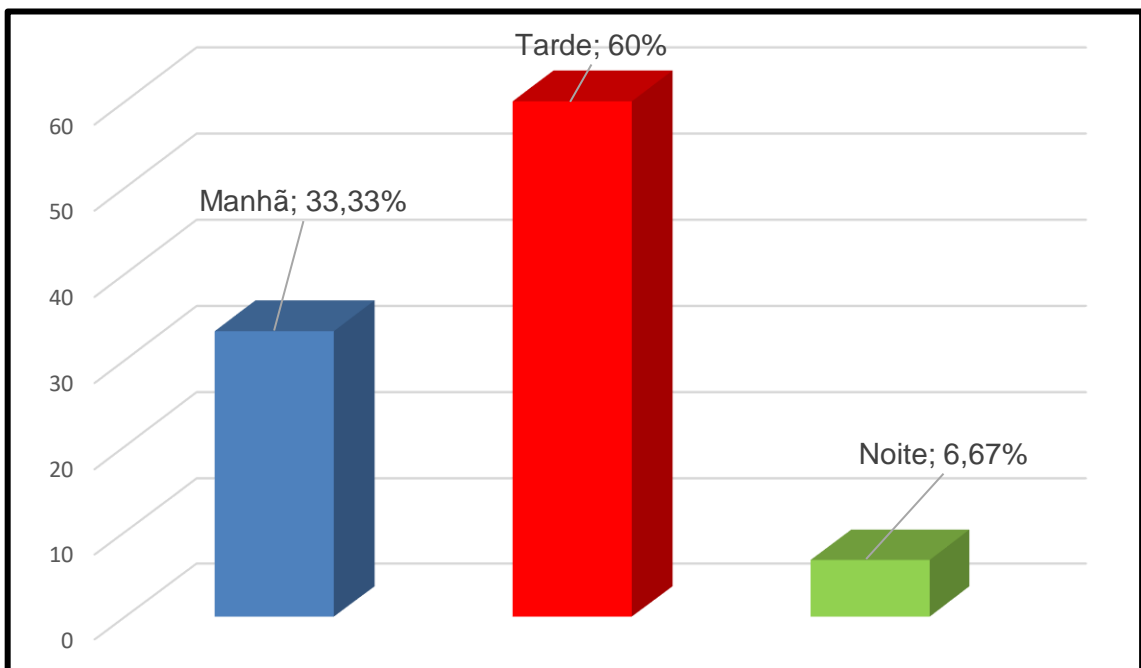
Sobre os dias da semana que frequentavam a Praça Napoleão Moreira da Silva (Gráfico 6), foi obtido como resposta: (68,42%) durante a semana, (21,05%) ao sábado e (10,53%) no domingo.

Com os dados obtidos é possível perceber que não existe uma relação entre os dias dedicados ao lazer e os dias nos quais o usuário frequenta a praça. Esta relação mostra que as pessoas consideram a praça como um ambiente de circulação, ou seja, apenas um local de passagem como relata (CALDEIRA, 2007).

Em relação aos turnos de frequência à praça, foram obtidas as seguintes respostas: (28,57%) para o período matutino, (61,91%) no período vespertino e (9,52%) no noturno. Considerando apenas os usuários da Praça Napoleão Moreira da Silva (Gráfico 7), foram obtidos os seguintes resultados: (33,33%) para o período da manhã, (60%) no período da tarde e (6,67%) no período da noite.

Gráfico 6 – Dias da semana que frequentam a praça

Fonte: O autor (2020)

Gráfico 7 – Turno de frequência à praça

Fonte: O autor (2020)

No tempo médio de permanência na praça, os resultados obtidos indicam: (29,16%) para duas ou três horas, (12,55%) para uma hora, (8,33%) para cinco horas, (4,16%) para trinta minutos, quatro horas, seis horas, doze horas ou dezesseis horas de permanência no logradouro (praça).

Indagados sobre o motivo ou motivos que os levam à praça (Tabela 5), a resposta mais recorrente foi ver os amigos com (35,00%), seguidos por levar as crianças para brincar ou caminho para o trabalho, ambos com (17,85%). Estes dados revelam que o status da praça enquanto espaço de maior vitalidade urbana, atuando como marco visual e ponto focal na organização da cidade ainda continua presente no imaginário urbano (CALDEIRA, 2007), apesar de apresentarem transformações significativas em seu uso e na sua função

Tabela 5 – Amostra dos usuários da praça (motivos para frequentar)

MOTIVOS PARA FREQUENTAR	AMOSTRA (%)
Ver amigos	35,00
Levar as crianças para brincar	17,85
Caminho para o trabalho	17,85
Ver as pessoas	10,71
Relaxar	7,16
Jogar baralho	7,14
Ar livre	3,58
Ir ao banco	3,57
Observar o ambiente	3,57
Não ter o que fazer	3,57
TOTAL	100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019).

Quando perguntados em relação ao que mais e menos gostam na praça (Tabela 6), a resposta foi: o que mais gostam é a possibilidade de estar com os amigos com (25,00%) e em relação ao que menos gostam, o maior resultado foi o uso de drogas com (30,00%) dos entrevistados. Os dados mostram que as drogas são um problema presente nos espaços públicos, sobretudo quando associado à população em situação de rua, tendo em vista que esta população é a que mais faz uso dessas substâncias nesses espaços.

Tabela 6 – Amostra dos usuários da praça (o que mais e menos gostam)

O QUE MAIS GOSTAM	O QUE MENOS GOSTAM	AMOSTRA (%)
-	Drogas	30,00
Amigos	-	25,00
Levar as crianças	-	7,50
Verde	-	7,50
-	Insegurança	5,00
-	Falta de estrutura	5,00
Ar livre	-	5,00
As pessoas	-	5,00
Observar a paisagem	-	5,00
-	População em situação de rua	2,50
-	Barulho	2,50
TOTAL		100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019).

Indagados sobre a possibilidade de melhorias na Praça (Tabela 7), os resultados foram: melhorias por infraestrutura (40,00%), aumento de atrações infantis (20,00%), maior segurança aparece em terceiro lugar com (15,00%), cuidado pelo

poder público aparecendo também com (15,00%) e por último é mencionado o policiamento com (10,00%) dos entrevistados.

Tabela 7 – Amostra dos usuários da praça por melhorias no logradouro

MOTIVOS PARA FREQUENTAR	AMOSTRA (%)
Infraestrutura	40,00
Atração infantil	20,00
Segurança	15,00
Cuidado pelo poder público	15,00
Policiamento	10,00
TOTAL	100,00

Fonte: Organizada pelo autor (2019).

Para esta pesquisa foi escolhido o levantamento qualiquantitativo e a aplicação da enquete de opinião De Angelis (2000), o motivo da escolha foi o fato dessa metodologia se apresentar como a mais adequada e ser amplamente utilizada no meio acadêmico, ou seja, a metodologia já foi testada e comprovada.

Os dados da pesquisa foram coletados *in loco*, seja na quantificação do mobiliário e vegetação bem como a qualificação do mesmo utilizando os parâmetros estabelecidos na própria metodologia para a obtenção de uma nota, identificando seu estado de conservação, função precípua dentre outros parâmetros.

A enquete de opinião teve a função de traçar o perfil dos usuários da praça, trazendo informações sobre os anseios da população em relação ao objeto de estudo à praça pesquisada.

Os dados apresentados (Tabela 1) demonstram que a maior parte (82,60%) dos frequentadores da praça estão na faixa etária de 20 a 59, no grupo da população economicamente ativa, ou seja, grupo de pessoas que trabalham, associando estes dados com a renda familiar (Tabela 3) onde a renda de um a três salários aparece com (51,92%) e a atividade ocupacional (Tabela 4) demonstrando que (61,53%) das

pessoas estão inseridas na condição de trabalhador, pode-se inferir que a função predominante da Praça Napoleão Moreira da Silva é a de local de passagem tendo em vista a sua centralidade e que a maioria dos seus usuários são trabalhadores (76,92%) e que cumprem até quarenta horas semanais, sobrando pouco tempo para o lazer durante a semana. Caldeira (2007, p. 397) corrobora com essa afirmação quando diz:

Segundo características funcionais, as praças localizadas em bairros habitacionais consolidam-se como espaços fundamentais voltados à sociabilidade da população. Já as praças localizadas em centros urbanos passam a funcionar, sobretudo, como local de passagem e lazer cultural temporário. Situando-se em áreas conturbadas, pelo intenso fluxo de pessoas e veículos e em função da grande concentração humana, essas praças perdem potencial como espaços adequados às atividades de lazer e de contemplação.

Quando questionados o que fazem nos dias de folga (Gráfico 1) praticamente metade dos entrevistados responderam ficar em casa e a outra metade saem. Em casa (Gráfico 2) a preferência é ver tv, descansar e acessar a internet, já quando saem (Gráfico 3) as respostas mais recorrentes são as casas de parentes e o shopping. É possível notar que nas duas opções os entrevistados, em sua maioria trabalhadores, buscam por opções menos onerosas em seus momentos de lazer e ócio, nesse sentido as praças de Maringá poderiam ser uma boa opção de lazer de baixo custo para os cidadãos se tivessem mais atenção por parte do poder público.

Fazendo uma associação entre os motivos para frequentar (Tabela 5) e os motivos para não frequentar a praça (Gráfico 5), é possível observar que o problema mais frequente na praça objeto de estudo é a violência que se apresenta na sensação da falta de segurança (33,33%) por parte dos entrevistados, no entanto ver amigos aparece como o dado mais frequente (25,00%) dentre os motivos para frequentar a praça. Fica nítido na relação dos dados que apesar dos problemas inerentes a falta de segurança, a praça continua presente no imaginário urbano como o local do encontro. Esta função da praça enquanto espaço convivência são corroboradas por outras pesquisas (LAMAS, 1993; DE ANGELIS, 2000; ROBA; MACEDO, 2002; CALDEIRA, 2007).

Os dados apresentados (Tabela 6) apontam para o problema das drogas (30,00%) nos espaços públicos, principalmente quando associado a população em

situação de rua que cometem delitos (pequenos assaltos e furtos) para fazer uso dessas substâncias, a principal razão para estar em situação de rua é a dependência química (47,7%) (RODRIGUES, 2018). Estes dados mostram que a população reconhece o problema das drogas no espaço público, fato esse agravado no período noturno quando a ineficiência da iluminação da praça contribui para insegurança. As lâmpadas (incandescentes) da praça apresentam menor intensidade de luz emitida para o ambiente, fazendo com que ambientes do logradouro permaneçam escuros.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada na Praça Napoleão Moreira da Silva em Maringá (PR) demonstrou como o espaço público é pouco apropriado pela população, identificou quais as demandas dos usuários e poderá permitir a criação de diretrizes básicas para uma possível requalificação urbana.

O objetivo geral da pesquisa (Avaliar as formas de apropriação da população por meio dos usos e funções) e o terceiro objetivo específico (Avaliar a importância da praça para a população), foram atingidos por meio da enquete de opinião, metodologia proposta por DE Angelis (2000).

Por meio da avaliação qualiquantitativa e a enquete de opinião (DE ANGELIS, 2000) foi possível atingir o primeiro (caracterizar os processos de transformação verificados na praça atualmente, considerando usos e funções) e o segundo objetivo específico (avaliar qualiquantitativamente as estruturas e mobiliário).

A limitação da pesquisa é com relação à quantidade de espaços públicos que compõe o objeto de estudo, uma vez que apenas uma praça foi estudada. Para que a hipótese seja considerada verdadeira, é necessária a realização de estudos envolvendo outras praças. Novas pesquisas devem contemplar a análise, em Maringá principalmente, de praças em diversas cidades, para que seja realizada uma comparação entre as características específicas de cada ambiente urbano, a fim de alcançar maior confiabilidade da hipótese levantada.

Alguns dados obtidos na enquete de opinião sugerem que mesmo presentes no imaginário urbano: a praça como o local do encontro, essa função acabou ficando comprometida quando associada a problemas como: uso de drogas, insegurança e a falta de estrutura.

Em relação as hipóteses estabelecidas, a primeira foi parcialmente comprovada pelo fato praça possuir equipamentos destinados ao encontro e ao lazer, no entanto apresenta problemas relacionados à violência provocados pela ausência do poder público. A segunda hipótese foi confirmada, comprovando o distanciamento dos cidadãos em relação a praça, provocados pela incorporação de novas tecnologias (internet) e espaços alternativos para o encontro e o lazer (shopping centers).

As análises realizadas apresentam a forma de apropriação da praça pela população, caracterizando-a como um local de passagem apesar de possuir mobiliário e equipamentos propícios ao encontro.

Os resultados obtidos indicam que a Praça Napoleão Moreira da Silva atua como espaço com potencial atrativo de usuários, bastando que o poder público se faça mais presente e ouça a população em relação aos seus anseios.

A importância dessa pesquisa se dá pelas considerações levantadas acerca do planejamento do espaço público. A análise do ambiente urbano deve ser incluída no processo do planejamento a fim de obter resultados a partir de uma intervenção urbana que estejam condizentes com a realidade local.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283**: Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro, 1986.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: Edições UNESCO BRASIL, 2002.

BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

ALCÂNTARA, J. M. **Territórios invisíveis**: territorialidades dos garotos de programa na área central de Manaus / Jean Moreira Alcântara. - Manaus: UFAM, 2009.

ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2008.

ALMEIDA, Marcos Antonio Bettine; GUTTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades. EACH/USP, 2012.

BARATTO, R. **Dez propostas inovadoras de mobiliário urbano**. Arch Daily. 12 maio 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-113267/dez-propostas-inovadoras-de-mobiliario-urbano>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BOVO, M.C.; AMORIM, M.C. Áreas Verdes Urbanas, A Imagem, O Mito E A Realidade: um estudo de caso sobre a cidade de Maringá/PR/BR **Revista Formação**, n.16, volume 1 – p.60-69

BURKE, P. **A Arte da Conversação**. São Paulo: UNESP, 1995.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e Qualidade de Vida. **Ciência & Saúde Coletiva**. São Paulo, v. 5, n.1, 2000, 163-77.

CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. 2007. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CAMPOS, H. A. Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 25-43, jul./dez. 2000.

CAPUTO, P. La arquitectura del espacio público entre el cuidado del lugar y las figuras de la Tradición. In: CAPUTO, P. (Org.). **La arquitectura del espacio público**: formas del pasado, formas del presente. Sevilla: Triennale di Milano: Junta de Andalucía. 1999. p. 13-19.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. **Áreas verdes**: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA E ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., 4., 1992, Vitória. **Anais....** Vitória, 1992. p. 29-38.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; GUZZO, P.; ROCHA, T. Y. **Proposição de terminologia para o Verde Urbano**. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7, jul/ago/set.de 1999.

CHAUÍ, M. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. In: **Folha de S. Paulo**, 14 de março de 1999. (Caderno Mais!, p. 3-5).

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano - artes de fazer**. Petrópolis. Vozes, 1994.

CLEPS, G. D. G. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, vol. 21, n. 3, p. 327-339, nov., 2009.

CIPOLLA, C. M. **História econômica da população mundial**. Trad. Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988 – organização do texto, notas remissivas e índice de Juarez de Oliveira. São Paulo. Saraiva, 1998.

CORNELI, V. M. **A Praça no contexto de pequenas cidades na microrregião de Campo Mourão – PR**. 2013. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática., 2000.

COSTA, L. M. S.; FILHO, L. E. M.; FARAH, I. M. C.; COMISSÃO, C. Arborização das ruas de Copacabana. In: 3. Congresso Brasileiro sobre Arborização Urbana, Bahia. **Anais**. Bahia: SBAU, 1996. p. 79 – 88

CRAWLEY, J.; KANE, D.; ATKINSON-PLATO, L.; HAMILTON M.; DOBSON, K.; WATSON, J. Needs of the hidden homeless - no longer hidden: a pilot study. *Public Health*. 2013;127(7):674-80.

DE ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá - PR.** 2000. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, B. L. D.; ANGELIS NETO, G.; BARROS, G. D. A.; BARROS, R. D. A. **Praças: história, usos e funções.** Maringá: EDUEM, 2005. (Coleção *Fundamentum*, 15).

DE ANGELIS, B, L, D.; ANGELIS NETO, G.; MOTA, C, R.; SCAPIN, R, C.; MANO, L, R.; SCHIAVON, S.; CORSATO, V.; HOLFMAN, A.; SAVI, E.; SILVA, G, F, F.; RECCO, L, H.; BARCOS, M.; SANTAN, M.; FANTINI, P, R.; DOMIGUES, R.; BARBEIRO, T, L.; YUASSA, V, N. Avaliação das praças de Maringá, Estado do Paraná, Brasil. **Acta Scientiarum Biological Sciences**, Maringá, v. 27, n. 4, p. 629-638, 2005.

DI FIDIO, M. **Architettura del paesaggio.** 3. ed. Milano: Pirola, 1990.

DODI, L. **Elementi di urbanistica.** Milano: Cesare Tamburini, 1946.

DONOSO, M. T. V.; BASTOS, M. A. R.; FARIA, C. R. D.; COSTA, A. A. Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano. **REME Rev Min Enferm.** 2013; 17(4):894-909.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer.** Trad. Regina Maria Vieira. São Paulo: SESC, 1980.

_____. **Sociologia empírica do lazer.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

FERNANDES, M. O. O conceito de território: reflexões conceituais e os enfoques na Geografia contemporânea. **Revista de Geografia (UFPE)**, Recife, v. 29, n. 2, p. 136-152, 2012.

FERREIRA, I. C. Barbosa.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 18, p. 155-168, aug. 2005.

FREITAS, R. M. Mobiliário Urbano. In: MASCARO, J. L. (org.). **Infraestrutura da Paisagem.** Porto Alegre: Mais Quatro, 2008.

GERALDO, J. C. **A evolução dos espaços livres públicos de Barueri Brotas e Dois Córregos SP.** 1997. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. **Qualidade de Vida: identidades e indicadores.** In: GONÇALVES, A e VILARTA, R (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas.** Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GREY, G. W.; DENEKE, F. J. **Urban forestry**. New York: Jhon Wiley, 1978.

GUEDES, J. B. **Design no Urbano: Metodologia de Análise Visual de Equipamentos no Meio Urbano**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2005).

HABERMAS, J. **Faktizität und Geltung**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004

HIRATA, H. S. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In: **Fundação Seade. Gênero no mundo do trabalho**. São Paulo: Ellus, 2000. p.188-218. Acesso em: março de 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: maio 2019.

JOHN, N.; DA LUZ REIS, A. Percepção, Estética e uso do Mobiliário Urbano. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 5, n. 2, p.180-206, 11 nov. 2010.

KITAMURA, C.; FILHO, V. R. O COMÉRCIO E SERVIÇOS AMBULANTES: UMA DISCUSSÃO. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, vol. 8, n. 23, out. 2007.

KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KOSTOF, S. **The City Assembled: The elements of Urban Form through History**, Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, London, 1992

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.

LAMAS, J. M. R. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo. Ática. 1991.

LEONE, E, T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**, Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010

LEPETIT, B. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001

LEWINSON T, THOMAS ML, WHITE S. Traumatic transitions homeless women's narratives of abuse, loss, and fear. **Affilia J Women Soc Work**. v. 2, n.29, p.192-205, 2014.

LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas - Orcoyen, 1982.

LIMA, Catharina Pinheiro Cordeiro dos Santos. A natureza na cidade, a natureza da cidade. 1996. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LIRA FILHO, J, A. **Paisagismo: princípios básicos**. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012.

LOBODA, C. R. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 32-54, 2009.

LOBODA, C. R; DE ANGELIS B.L. Áreas Verdes Públicas Urbanas: conceitos, usos e funções **ambiência** Guarapuava, v.1 n.1 p. 125-139,2005

LOUZADA, A. F; OLIVEIRA, M. L.; NAHON, S. Como Melhorar as Lixeiras da Cidade de Belém/PA? In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE QUALIDADE AMBIENTAL, 2004, Porto Alegre. **Anais** em CD-Rom. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica – PUC, 2004.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**, Vol.2.2^o ed. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 2002. 368p.

_____. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**, Vol.1.5^o ed. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 2008. 384p

LORENZI, H.; SOUZA, H.M.; TORRES, M.A.V.; BACHER, L.B. **Árvores exóticas no Brasil: madeireiras, ornamentais e aromáticas**.2003. 368p.

MACEDO, S. S. Os espaços livres de edificação e o desenho da paisagem. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL, 2., 1986, Brasília. **Anais...** São Paulo: Pini; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: Finep, 1986. p. 103-110.

MACIEL, V. R. **Os herdeiros da miséria: o cotidiano de mendicância no Centro de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Fortaleza. UECE, 2004.

MAGNOLI, M. M. E. M. **Espaços livres e urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARINGÁ. Lei nº 2708, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre o comércio ambulante e atividades afins. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, nº 052, 18 set. 1990.

_____. Lei nº 2742, de 16 de outubro de 1990. Altera a redação da Lei nº 2708 de 11 de setembro de 1990. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, nº 055, 9 mai. 1990.

_____. Lei nº 4059, de 15 de abril de 1996. Altera a redação da Lei nº 2708 de 11 de setembro de 1990. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, nº 401 9 mai. 1996.

_____. Lei nº 5855, de 15 de outubro de 2002. Altera a redação da Lei nº 2708 de 11 de setembro de 1990. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 15 out. 2002.

_____. Lei nº 7605, de 15 de julho de 2007. Altera a redação da Lei nº 5855 de 15 de outubro de 2002. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 15 jul. 2007.

_____. Lei nº 8323, de 20 de abril de 2009. Altera a redação da Lei nº 5855 de 15 de outubro de 2002. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 20 abr. 2009.

_____. Lei nº 8409, de 14 de agosto de 2009. Altera a redação da Lei nº 5855 de 15 de outubro de 2002. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 14 ago. 2009.

_____. Lei nº 9604, de 14 de novembro de 2013. Altera a redação da Lei nº 5855 de 15 de novembro de 2002. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 14 nov. 2013.

_____. Lei nº 10464, de 12 de setembro de 2017. Altera a redação da Lei nº 5855 de 15 de outubro de 2002. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 12 set. 2017.

_____. Lei nº 10676, de 31 de agosto de 2018. Altera a redação da Lei nº 5855 de 15 de outubro de 2002. **Órgão Oficial do Município**, Maringá, 31 ago. 2018.

MARQUES, J.; MARQUES, M. **Estatística básica para os cursos de Engenharia**. Curitiba: Domínio do Saber, 2005.

MASCARÓ, J. L. **Desenho Urbano e Custo de Urbanização**. 2 ed. Brasília: MHU/SAM, 1987.

MARCASSA, Luciana. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. **Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer - 15 ENAREL**. Santo André, 2003.

MARCELLINO, N, C. **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias**. / CARVALHO, J, E. (Org.) – Curitiba: Champagnat: 71-82, 2006.

MARINGÁ HISTÓRICA, **Inaugurações da Praça Napoleão Moreira da Silva**. Maringá, PR, 2017. Disponível em: <<http://www.maringahistorica.com.br/search?q=Pra%C3%A7a+Napole%C3%A3o+Moreira+da+Silva>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

MATOS, F. L. de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - o caso da cidade do Porto. **Observatorium**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 17-33, jul. 2010.

MATTOS, R. B de.; RIBEIRO, M. A. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. In: **Revista Território**. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1 p. 59 – 76, jul/ dez, 1996.

MERLIN, P; CHOAY, F. **Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement**. Paris: Presses Universitaire de France, 1988.

MONTENEGRO, G. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos: desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

MORAES, A. F.; GOUDARD, B.; OLIVEIRA, R. Reflexões sobre a cidade, seus equipamentos urbanos e a influência destes na qualidade de vida da população. **Revista Internacional Interdisciplinar INTHERthesis**, Florianópolis, vol. 5, n. 2, p. 93-103, 2008.

MOUGHTIN, J. C. **Urban design: street and square**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.

MOURTHÉ, C. **Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

ORTH, D. M.; CUNHA, R. D. Praças e áreas de lazer como ambiente construído influenciando na qualidade de vida urbana. In: **ENTAC 2000**, Salvador, BA. 2000. v. 01, 474-480

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 225-249, 2013.

PAULA, Z. C. Maringá: **o coração verde do Brasil?** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Assis, 1998.

PARK, R. E [1916]. **A cidade**: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 30, 1967.

PEREIRA, M. F. V. A pobreza urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas. In: **Anais da VII Semana do servidor e V Semana acadêmica**. UFU, 2008.

PEREIRA, M. M. D. C. E. **Praças públicas sustentáveis: caso de renovação das praças**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

REIS, M. S.; RIZZOTTI, M. L. A. População de Rua, Território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social, **Serviço Social em Revista.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 43-65, jul./dez. 2013.

REMOLLI, J. A. **Praças e qualidade espacial: plano piloto da cidade de Maringá, Paraná**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010

RIBEIRO, M. A.; OLIVEIRA, R. S. **Território, Sexo e Prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

RIGOTTI, G. **Urbanistica - la tecnica**. 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1956.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras. Public Squares in Brazil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RONCAYOLO, Marcel. **Lectures de villes**: Formes et temps. Marselha: Éditions Parenthèses, 2002.

ROSA, A.S.; BRETAS, A. C. P. Violence in the lives of homeless women in the city of São Paulo, Brazil. **Interface** (Botucatu). 2015;19(53):275-85

SANCHOTENE, M. C. C. Conceitos e Composição do índice de áreas verdes. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, n.1, p.4-9, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. A urbanização brasileira. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992

SILVA, J. M. Culturas e Territorialidades Urbanas. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 5, nº 2, p. 9 – 36, Inverno de 2000.

SOUZA, M. A. **Governo urbano**. São Paulo: Nobel, 1988.

SOUZA, M. L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

United States Department of Housing and Urban Development. The 2015 Annual Homeless Assessment Report to (AHAR) Congress. Part 1: Point-in-time Estimates of Homelessness [Internet]. Philadelphia; 2015 [cited 2019 April]. Available from:

Available from: <https://www.hudexchange.info/resources/documents/2015-AHAR-Part-1.pdf>

VARGAS, H. C. **Espaço terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC, 2001.

VERAS, L. M. S. C. Plano de arborização de cidades – metodologia. In: CONGRESSO NORDESTINO DE ECOLOGIA, Recife, 1986. **Anais**. Recife: UFRPE, Departamento de Biologia, 1986. p. 8-14.

VIEIRA, O. V. Estado de direito, seus limites e a criminalidade. In: MESQUITA NETO, P. et al. **A Violência do cotidiano**. Konrad Adenauer Stiftung, p. 75-92., 2001.

VILARTA, R; GONÇALVES, A. **Qualidade de Vida – concepções básicas voltadas à saúde**. In: GONÇALVES, Aguinaldo e VILARTA, Roberto (orgs.). Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas. Barueri: Manole, 2004, p.27-62.

WOOLLEY, H.; ROSE, S.; CARMONA, M.; FREEDMAN, J. **The value of public space**. London: CABE Space, 2004.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência II** – Os jovens do Brasil. Ed. UNESCO/INSTITUTO AYRTON SENNA, 2000.

YÁZIGI, E. **O mundo das calçadas** – por uma política de espaços públicos em São Paulo. São Paulo, 1997. Tese (Livre-Docência referente a disciplina de Planejamento) – Universidade de São Paulo.

YOKOO, S. C.; CHIES, C. O Papel das Praças Públicas: estudo de caso da praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. **Anais** do IV EPCT – Evento de Produção Científica e Tecnológica, 2009.